PSICOLOGIA Ciência e Profissão

Diálogos

ANO 17 | Nº 12
JUNHO DE 2021
ISSN 1981-2418

A PRÁTICA PSICOLÓGICA NA PANDEMIA:

de norte a sul histórias de profissionais que precisaram encontrar alternativas em meio à crise.

SUMÁRIO

ANO 17 | Nº 12 | JUNHO DE 2021

FOTOS: SHUTTERSTOCK E RAFAEL FREIRE

Este número da Revista **DIÁLOGOS** representa a inquietude do XVIII Plenário do Conselho Federal de Psicologia de debruçar-se sobre uma realidade enquanto ela ocorre. Com o tema central "Psicologia em tempo de enfrentamento à COVID-19", a 12ª edição tem como objetivo refletir sobre os efeitos da Pandemia no fazer psicológico.

A situação de emergência e calamidade sanitária trazida pela pandemia causada pelo Sars-CoV-2 apresenta sérios desafios para a população brasileira e convoca a Psicologia – como ciência e profissão – a ocupar o seu espaço, a pensar e repensar formas, novas ou consolidadas, de atuação, sem abrir mão de seus métodos, técnicas e instrumentos para uma atuação ética que contextualize as questões sociais, econômicas e políticas perante o cenário atual.

Dessa forma, a revista demarca a preocupação do Conselho Federal de Psicologia sobre as sucessivas violações aos Direitos Humanos agravadas pela crise mundial e que destacam enormes fissuras sociais que estruturam a sociedade brasileira.

Incumbidos do desafio de traçar da melhor forma possível esse panorama, ouvimos vozes de profissionais de todas as regiões do país que compartilharam suas opiniões, conhecimentos →

e, principalmente, suas experiências. Essas conversas mostram a diversidade maravilhosa de saberes em nossa categoria e apontam, ainda, para possíveis novos caminhos de atuação profissional em uma conjuntura tão atual quanto inédita, tão dinâmica quanto inesperada.

Como o fazer psicológico tem sido impactado neste contexto de aumento das violências? Como tem sido o trabalho junto às populações historicamente mais vulnerabilizadas, como negros e negras, indígenas, mulheres, crianças e adolescentes, quilombolas, ribeirinhos, LGBTQIA+?

Assim, as análises críticas relacionadas a raça, etnia, classe, gênero, sexualidade, deficiências, idade, entre outras categorias, convocam psicólogas e psicólogos a pensar quais “Psicologias” desejamos e estamos construindo em relação aos atuais desafios.

Diante do “novo cenário”, um desafio para a Psicologia foi a necessidade de ampliação da modalidade de atendimento *on-line*. A partir daí, surge a discussão acerca dos limites éticos, do funcionamento do trabalho em modo remoto, os desafios enfrentados, as situações em que essa modalidade de atendimento é vedada e os impactos da Psicologia nesse “novo normal”.

A edição também busca compreender como a Psicologia pode intervir e contribuir para evitar a evasão escolar em tempos de decretos e medidas restritivas, de isolamento social e de austeridade fiscal. Aqui, o convite é conhecermos algumas ações coletivas e individuais executadas nessa área de atuação frente aos atuais desafios.

O destaque desta 12ª edição é direcionado a profissionais psicólogas(os) que estão atuando na linha de frente no combate à COVID-19, traçando um perfil profissional, os desafios e as possibilidades de atuação frente às medidas restritivas em relação a visitas, bem como do reconhecimento da necessidade do acolhimento a equipes hospitalares – incluindo psicólogas e psicólogos que formam essas equipes.

Outro destaque é a matéria com um profissional de referência da Costa Rica, como uma forma de compreender o fazer psicológico em outro país da nossa América Latina.

Boa Leitura! ●

EXPEDIENTE

EDITORA RESPONSÁVEL

Losiley Alves Pinheiro

COMISSÃO EDITORIAL NACIONAL

Iolete Ribeiro da Silva
Biancha Angelucci
Daiane Bentivi

COMISSÃO EDITORIAL REGIONAL

Darlane Silva Vieira Andrade (CRP-03/BA)
Carla Rambo (CRP-24 AC/RO)
Camilla Fernandes Marques (CRP-14/MS)
João Batista Martins (CRP 08/PR)
Rodrigo Toledo (CRP 06/SP)

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Flávia Azevedo DRT 7150/DF

JORNALISTA ASSISTENTE

Luciana Waclwovsky MTB 9522

REVISÃO

Luana Spinillo e
Roberto Azul/
MC&G Design Editorial

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Movimento Comunicação

IMPRESSÃO

Quality Gráfica e Editora

Distribuição gratuita às (aos) Psicólogas (os) inscritas (os) nos Conselhos Regionais de Psicologia
Versão *on-line* no site:
www.cfp.org.br
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO FEDERAL
Sul (SAF/Sul), Quadra 2, Lote 2,
Edifício Via Office, sala 104,
CEP 70.070-600 - Brasília/DF

Psicologia Ambiental entra em cena

O isolamento social trouxe, como nunca, o debate sobre a relação pessoa-ambiente

Em todo o mundo, milhares de trabalhadores tiveram (e ainda têm) o privilégio de exercer suas atividades em home office. Contudo, esse movimento tem trazido consequências individuais e coletivas que estão sendo observadas e cuidadas por uma área da Psicologia ainda pouco difundida no Brasil: a Psicologia Ambiental. Para conversar sobre essa relação pessoa-ambiente, a **DIÁLOGOS** entrevistou a psicóloga e pesquisadora Zenith Nara Costa Delabrida, presidente da Associação Brasileira de Psicologia Ambiental e Relações Pessoa-Ambiente (ABRAPA), fundada em 2018.

"A pandemia fez com que as pessoas pudessem parar para pensar sobre os espaços que frequentam, do micro para o macro. A casa, esse espaço antes só privado, tornou-se um novo espaço de trabalho. Elas começaram a pensar nos espaços que elas frequentam, o papel da cidade, o papel do condomínio delas, a característica da casa, o tamanho, as cores, em termos do conforto térmico, o conforto ambiental. Então, tudo isso passou a ficar muito gritante. E casou muito com a Psicologia Ambiental poder falar sobre a relação pessoa-ambiente", afirma.

Na entrevista, Zenith também falou sobre a atuação da entidade durante a pandemia, sobre as camadas que envolvem a relação pessoa-ambiente e, também, sobre como os aspectos sociais e políticos podem ser analisados pelo olhar da Psicologia Ambiental. A produção de conhecimento que tem sido realizada por profissionais e pesquisadores da área desde o início da pandemia também é outro marcador importante para a entidade, que tem trabalhado para ampliar o espectro de atuação profissional, que se mostra vasto nesse campo.

"Muitas profissionais estão descobrindo conexões da Psicologia Ambiental com a sua própria área, ou as demandas que a Psicologia Ambiental pode atender, que elas acham que são importantes de serem atendidas e que ainda não são. Então, esse momento foi muito interessante e, talvez, até uma coincidência o fato de a ABRAPA ter sido fundada tão recentemente, porque a pandemia trouxe muito forte essa relação com a gestão do espaço."

ILUSTRAÇÃO: SHUTTERSTOCK

ZENITH NARA COSTA DELABRIDA

Mestre e doutora em Psicologia pela Universidade de Brasília, pós-doutora pela University of Surrey (Inglaterra), docente associada da Universidade Federal de Sergipe no Departamento de Psicologia e presidente da Associação Brasileira de Psicologia Ambiental e Relações Pessoa-Ambiente (ABRAPA).

Diálogos Quais foram as primeiras providências da ABRAPA logo após o anúncio da pandemia?

ZENITH Tínhamos previsto para 2020 uma série de cinco encontros regionais, nas cinco regiões geográficas, para divulgar a área da Psicologia Ambiental e, principalmente, a ABRAPA. Com a pandemia, resolvemos explorar o *on-line*, e foi muito interessante porque a gente pôde realmente se encontrar. Começamos com uma série de webinários, cujo primeiro foi sobre o sofrimento das crianças com o isolamento. A partir desse, resolvemos contribuir, a partir dos nossos conhecimentos, com populações, grupos ou aspectos. Trouxemos temas como idosos, indígenas, pessoas encarceradas, a questão do transporte público, do espaço público, das questões ambientais, da natureza e da restauração.

Em seguida, com ajuda dos estudantes do mestrado, produzimos três séries de podcasts. Uma sobre o lixo, outra sobre comunidades rurais e outra sobre a relação com a cidade. Também, produzimos uma série de textos para o nosso site. Ou seja, buscamos contribuir com informação, nos conectando com as pessoas de diferentes formas. Os webinários continuam e são realizados em todas as regiões, porque entendemos a importância de trazer essa diversidade que encontramos no país. Cada regional traz o que está acontecendo em termos de pesquisa, em termos de problemas e, também, o que tem feito de diferente.

O resultado tem sido muito positivo. O podcast é um sucesso, é um canal que funciona muito bem. Os webinários contam com bom número de visualizações, e já estão começando a ser utilizados em sala de aula, que era nosso objetivo também. Afinal, há muita coisa produzida em Psicologia Ambiental, mas muita coisa em inglês. É uma área que tem uma expressão internacional, e, apesar de ter uma expressão no Brasil e da gente produzir bastante, ainda é uma área pequena. Então, todo material é muito importante.

A ABRAPA se mobilizou conectada com o que estava acontecendo. Isso teve impacto positivo e ampliamos o contato com as pessoas. Há um grupo de WhatsApp para agregar as pessoas da Psicologia Ambiental, e surgiram muitos convites como esse, para participar da **DIÁLOGOS**. A ABRAPA tem se consolidado neste processo, desde sua fundação em 2018 e da realização do primeiro evento em 2019. Em 2020, ganhamos mais espaço e fortalecemos parcerias. As oportunidades que o Conselho Federal de Psicologia e a Associação Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho (SBOT) deram são sensacionais. A pandemia é muito triste, eu lamento muito, mas vejo que a ciência está tentando ofertar uma esperança. A Psicologia Ambiental e a ABRAPA estão atentas a isso tentando criar possibilidades que abarquem o conhecimento e a oferta de informação, tão fundamentais nesse momento.

Diálogos Quais são as principais escalas de atuação da Psicologia Ambiental em relação às outras áreas da psicologia? Isso mudou durante a pandemia?

ZENITH A Psicologia Ambiental vem da Psicologia Social, vem de psicólogos sociais que começaram a entender que o espaço era uma variável importante na explicação do comportamento. Então, eles saem do laboratório e vão para a realida- →

FOTO: ARQUIVO PESSOAL

de. A ideia de tentar entender o espaço para tentar entender sua própria realidade é muito antiga e está presente em várias culturas.

O Japão e a Alemanha se destacam, por já estarem falando sobre isso antes da Segunda Guerra Mundial. Mas a Psicologia Ambiental se formaliza depois da Segunda Guerra, porque a Europa ficou destruída. A guerra é uma coisa terrível, ninguém quer, e que não deveria existir nunca. Essa Europa queria se reconstruir para que aquele contexto que propiciou a guerra não surgisse novamente.

Um psicólogo, que nos deixou recentemente, o Robert Sommer, traduziu muito esse espírito, porque ele falava sobre a relação entre o tipo de ambiente que se vai construir e o entendimento do tipo de pessoa que se vai ter. O contexto tem um papel muito importante sobre o tipo de sociedade que vai surgir ali. Foi o que aconteceu nesse pós-guerra, eles pensaram muito bem a respeito de como esse mundo seria reconstruído e que tipo de pessoas surgiriam desse novo mundo, e isso nos influencia até hoje.

Diálogos **Reconstruir, pensando sobre essas camadas de espaços, é muito interessante!**

ZENITH Sim! Por exemplo, temos um teórico na área do desenvolvimento que usamos muito na Psicologia Ambiental, que é o Urie Bronfenbrenner. Ele fala dos espaços micro, do meso, do exo, do macro e do crono. O micro é, por exemplo, a sua casa, é a sua igreja, é um microcosmo; o meso seria a conexão entre esses microcosmos; o exocosmo seria logo após esses microcosmos, por exemplo, a sua cidade ou a sua comunidade; o macro seria aquilo que te afeta, mas que você não tem ação direta, que é, por exemplo, o Congresso Nacional – as tomadas de decisões naquele espaço nos afetam, mas eu não tenho ação direta naquele espaço, a não ser que eu seja uma congressista, o que eu não sou. E o crono é o que é transversal, que é a relação com o tempo – o tempo que você passa nesse espaço, o tempo de vida, o tempo.

Então, nesses diferentes aspectos, você pode ver diferentes atuações do Psicólogo Ambiental. É possível atuar na casa, na relação pessoa-ambiente dentro da casa, no aspecto dos transportes, na gestão do espaço das comunidades ou, por exemplo, uma coisa que é muito importante, na gestão dos resíduos sólidos, que já começa a ser um aspecto exo, que todo mundo partilha. Pode ir muito além, até o macro, ou seja, impactar aspectos de decisões que vão ser apropriadas pela cultura. São esses os níveis de atuação, porque a gente entende que a pessoa afeta o ambiente e o ambiente afeta a pessoa, é bidirecional.

> “PARA QUEM TROUXE TUDO PARA DENTRO DE CASA, A PRIVACIDADE É UM ELEMENTO MUITO IMPORTANTE A SER CUIDADO NA ATUAÇÃO PROFISSIONAL E NA DINÂMICA DENTRO DE CASA.”

Diálogos E isso nos conecta com o sentido da construção individual até o coletivo.

ZENITH Certamente. Você pode pensar a sua casa, o seu bairro, a sua cidade, o seu município, o seu estado, o seu país, o seu continente, até pensar o planeta Terra. Trabalhamos pensando nesses níveis de atuação. Então, problemas globais precisam de atuações globais, acordos entre países. Problemas locais podem ser resolvidos entre vizinhos ou entre prefeitos, ou entre governadores, e governadores e presidente. À medida que você entende o espaço, você entende a dinâmica da atuação das pessoas. Se elas entenderem o papel delas em trazer bem-estar para a vizinhança, elas também podem entender a cidade e o país. O espaço pode ser sempre uma referência no entendimento do seu papel de atuação.

Muitas pessoas têm dificuldade de entender que, por exemplo, se você mora em uma pólis, você é um ser político, no sentido de que a política é aquilo que diz respeito aos moradores da pólis. Quem pesquisa e trabalha com a cidade sempre sonha que as pessoas entendam isso e se manifestem. Se todos contam a História, a História é plural, mas se você deixa a cargo de alguns que se interessaram, por um motivo ou por outro, de representar aquele local, então a História será contada apenas por aquelas pessoas.

A Psicologia Ambiental pode contribuir não só para o bem-estar e para a saúde, mas para a sobrevivência da vida na Terra e para o entendimento político da nossa existência. Quando você fala da relação tempo e espaço, você fala da noção de existência em vários ângulos: biológico, político, social. As possibilidades de discussão e de atuação em Psicologia Ambiental são grandes.

Diálogos Quais são as principais demandas que chegam para vocês e quais os principais desdobramentos que esse novo contexto tem trazido tanto para a pesquisa como para a prática profissional?

ZENITH Nossa atuação é mais consolidada no campo acadêmico que no profissional. Isso foi o que motivou a criar a ABRAPA, que nasceu de um amadurecimento das discussões realizadas no Grupo de Trabalho de Psicologia Ambiental da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação (ANPEPP). As pessoas sentiam falta de um espaço para debater atuação profissional, e a ABRAPA tem como meta fortalecer esse aspecto.

No campo acadêmico, posso citar o que diz o sensacional professor Enric Pol, sobre pensar a Psicologia Ambiental em duas vertentes: a verde e a arquitetural. A arquitetural vai dar conta da relação com a cidade, da relação mais com o espaço construído, e a verde dá conta das questões ambientais e do espaço natural. Elas se sobrepõem, não são excludentes, mas têm demandas específicas. Na Psicologia Ambiental, estudamos ambientes confinados e os ambientes extremos. Não é só uma nave espacial, é o pessoal que fica na Antártida, é o pessoal que fica embarcado nas plataformas de extração de petróleo. São exemplos que eu gosto de dar para as pessoas entenderem as possibilidades de atuação. Mas a gente não tem ainda concurso para Psicologia Ambiental, então os psicólogos que vão trabalhar cuidando das pessoas que estão embarcadas vão ter diferentes formações. A gente já tem pessoas atuando junto com a Defesa Civil,

com o licenciamento ambiental, com educação ambiental. Nessas áreas, a Ambiental já está mais consolidada.

O espaço virtual é outro campo maravilhoso de atuação. Alguém com formação em Psicologia Ambiental pode atuar com muita propriedade, porque vai entender a importância de lidar com o espaço virtual, com o real. Como será a configuração desse espaço virtual para que se torne mais amigável, que possa promover bem-estar e, assim, ativar as capacidades das pessoas? E vamos ter um leque de atuações com outras áreas, como Arquitetura, Biologia, Geografia, as Ciências Humanas, e, em algum grau, vão demandar da gente essa relação pessoa-ambiente, até áreas extremas, como o que eu falei, a engenharia aeroespacial, engenharia de petróleo. Precisamos aproveitar esse momento para termos uma formação mais clara, voltada para a atuação do psicólogo ambiental, que as pessoas coloquem no anúncio que elas querem um psicólogo ambiental. Por isso estamos construindo essa jornada de existir.

Diálogos Diante desse cenário, como a entidade tem observado os impactos negativos da pandemia no trabalho das próprias psicólogas e quais são os cuidados que têm sido desenvolvidos com esse grupo de profissionais? Tem existido demanda nesse sentido?

ZENITH Temos psicólogas que puderam ficar em casa e psicólogas que tiveram que ir para a rua. A atuação das que ficaram em casa sofreu uma modificação que muitas profissões sofreram, que foi um home office à força. Isso mexe na privacidade, pilar fundamental para o exercício da psicóloga, porque você tem a questão do sigilo. A atuação da clínica foi, portanto, muito impactada por essa questão e pela sobreposição dos espaços. O espaço é um regulador da existência, porque você usa o espaço para regular suas atividades, as suas funções.

Por isso, é importante que esse ambiente não seja apenas para atender às demandas profissionais, mas também às demandas individuais, o bem-estar e promover restauração. Normalmente, os ambientes que promovem a recuperação do estresse são ambientes naturais. Pesquisas mostram que é possível promover restauração colocando plantas no ambiente e trazendo barulhos que lembram a natureza. Por exemplo, entre uma sessão e outra, a psicóloga pode se recuperar fazendo algo de casa, cuidar de uma plantinha que está na sala, se misturar com algum elemento da natureza, mesmo que seja uma fresta de sol, são coisas que podem promover uma grande restauração. Algumas pessoas vão para a meditação ou o controle da respiração – é você tornar o ambiente residencial mais próximo de um ambiente que te restaure.

Para quem trouxe tudo para dentro de casa, a privacidade é um elemento muito importante a ser cuidado na atuação profissional e na dinâmica dentro de casa.

Diálogos Em artigo recente, publicado em parceria com a SBPOT, a ABRAPA traz uma análise interessante sobre os impactos da pandemia nas dimensões da vida urbana (habitação, trabalho, lazer e transporte) e traz elementos sobre como lidar com as consequências no pós-pandemia. Como podemos trazer essa mesma discussão considerando a diversidade de classes e o aprofundamento das desigualdades sociais provocada pela conjuntura política e pela própria pandemia?

→

ZENITH Não há como separar a noção de existência da noção política. Quando eu falo que a gente existe no tempo e no espaço, claramente nos deparamos com a dimensão política. Significa pensar como que você impacta o outro e o outro impacta a sua vida. Porque, no final das contas, a gente vive com base no acordo social. Por outro lado, a gente paga um preço muito alto por isso. Estamos sacrificando muitas coisas para ter outras. A cidade é feita de espaços e de pessoas, e se a gente não organiza bem isso, a gente tem desigualdades, e a gente enfraquece a nossa República. Porque é no bem público, ou seja, nos espaços públicos, que as pessoas se encontram e se congregam, e que elas podem discutir sobre a pólis, elas podem falar sobre política. Quando a gente começa a perder isso, a gente começa a perder a noção de democracia.

À medida que as cidades vão crescendo muito, é mais difícil funcionar com propostas. É uma dinâmica tão interessante porque quando a cidade é menor, as pessoas se conhecem mais e elas têm um nível de atuação, em termos do seu papel como cidadão. Quando a cidade vai crescendo, essa atuação cidadã vai ter que ir se transformando também.

Espaço desorganizado desorganiza as pessoas. Se organizar socialmente em espaços desorganizados é muito mais difícil. Se os espaços não têm saneamento básico, se os espaços possuem altos índices de violência, se os espaços não oferecem lazer, então você coloca em xeque a própria noção da existência.

> “SE ORGANIZAR SOCIALMENTE EM ESPAÇOS DESORGANIZADOS É MUITO MAIS DIFÍCIL. SE OS ESPAÇOS NÃO TÊM SANEAMENTO BÁSICO, SE OS ESPAÇOS POSSUEM ALTOS ÍNDICES DE VIOLÊNCIA, SE OS ESPAÇOS NÃO OFERECEM LAZER, ENTÃO VOCÊ COLOCA EM XEQUE A PRÓPRIA NOÇÃO DA EXISTÊNCIA.”

Diálogos **Sabemos que a ABRAPA se manifestou por meio de nota contra as declarações do ministro do Meio Ambiente. Existem outras iniciativas sendo elaboradas para tentar influenciar e se articular com o poder público no sentido de apresentar sugestões que possam ajudar na elaboração de novas políticas públicas a partir do contexto da pandemia?**

ZENITH Sim, nos manifestamos e estamos participando da Rede de Biodiversidade Sócio-ecologia, que é a REBISEC. Essa rede está diretamente associada à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Temos feito parcerias, porque a

gente precisa da troca para promoção de conhecimento e também para atuação política. A ABRAPA tem uma receptividade muito boa, e essa rede me deu muita esperança, de a gente poder ter voz para discutir essas questões nessas dinâmicas entre governo federal, estadual, municipal.

Situações dramáticas como a que se vive hoje, de uma dificuldade de manutenção de alguns ganhos e avanços, permitem que se possa olhar para tudo isso com uma lupa. Como cientista, começo a analisar: "quais são as variáveis que estão implicadas nisso?" É muito claro que o Governo Federal está achando brechas, porque a relação espacial também lhe permite isso. Essa sensação que temos, de que alguns cargos ficam intocáveis, é porque a consequência das ações desses cargos demora a chegar nas pessoas de direito. E quando temos uma atuação positiva, quase nem percebemos, mas, como tem sido uma atuação muito ruim, podemos dizer desastrosa, nos deparamos com essas variáveis. Precisamos construir parcerias, construir pontes para nos fortalecer.

Diálogos Como a área da Psicologia Ambiental pode ajudar a sociedade neste momento a repensar seus valores para além da crise, considerando que a humanidade pode enfrentar outras pandemias futuramente? Como a Psicologia pode ajudar as pessoas a mudarem a forma como se relacionam com o meio ambiente?

ZENITH Eu vejo as coisas muito interligadas. Vejo que a Psicologia Ambiental pode contribuir mostrando para as pessoas que as coisas são dinâmicas, não tem como entender você sem entender onde você está, sem entender suas ações, os reflexos dessas ações. Outra coisa é que mudança de valores é difícil, porque mudar valor acaba sendo quase geracional. Os valores são guias, caminhos, que usamos para chegar a algum lugar.

Temos essa ilusão de que se a pessoa sabe, ela muda. Não, conhecimento é importante para entender a mudança, entender quais são seus valores, se são coerentes ou não com essa mudança, mas precisamos de um contexto que possibilite também esses processos de mudança. É um movimento pendular: você capacita as pessoas, algumas delas vão promover mudanças no contexto, que não necessariamente são só ambientais, mas vão promover discussões, aí voltam. Nesse movimento de pêndulo, eu imagino que aconteçam as mudanças que são necessárias para que a gente garanta a existência da vida na Terra. Agora, se a gente vai fazer esse processo na velocidade necessária para isso é que nós não sabemos. A humanidade nunca teve que lidar com escassez do jeito que ela está lidando, ela nunca teve que lidar com o potencial de impacto que ela está lidando. Então alguns vão lidar muito bem e alguns vão lidar muito mal. Eu torço para que os grupos que são mais capazes consigam ter um destaque político para promover a mudança necessária, no caminho necessário aí para preservar a existência da vida. Mas é uma aposta, muitas sociedades sucumbiram. Se a gente olhar as sociedades pré-colombianas, pelo menos duas delas sucumbiram, porque elas não conseguiram gerir a questão dos recursos, né?

Dizem que na Ilha de Páscoa também foi a mesma coisa. Então, temos exemplos anteriores de que a sociedade não conseguiu promover esse movimento pendular na velocidade necessária para promover as mudanças. É tudo muito interdependente. ●

CESTA
BÁSICA
Google

A "lupa" da COVID-19 nas fissuras sociais brasileiras:

a hiper exploração do dispositivo materno das mulheres e suas interseccionalidades com classe social e raça

POR:
VALESKA ZANELLO (UNB)
& MADGE PORTO (UFAC)

A pandemia de COVID-19 causada pelo Sars-CoV-2, trouxe sérios desafios para os brasileiros. Além disso, colocou sob uma lupa enormes fissuras sociais que estruturam nossa sociedade e que se encontram profundamente enraizadas em processos históricos específicos.

Para começar, temos as hierarquias de gênero e a permanência da divisão dos papéis sexuais de forma ainda bastante tradicional. O modelo de divisão binária entre homens e mulheres, tal como o conhecemos no mundo ocidental atual, se firmou no século XVIII, na Europa: momento de consolidação do capitalismo, em que certas diferenças físicas foram tomadas como "essenciais" e usadas para justificar as desigualdades sociais.[1] No caso das mulheres, pelo fato de serem vistas como "portadoras de útero", capazes de gestar e procriar, foi-lhes atribuído o papel de cuidadoras natas. Foi nessa época também que ocorreu a divisão dos âmbitos público e privado, cabendo aos homens (brancos) tudo que dissesse respeito ao primeiro e às mulheres tudo que tangenciasse a esfera doméstica. No caso deles, as atividades laborativas exercidas no espaço público foram reconhecidas e legitimadas como verdadeiro trabalho e, por isso, vistas como merecedoras de remuneração, além de obtenção de status e reconhecimento social. Já os cuidados maternos e com o espaço doméstico foram naturalizados como uma vocação instintiva das mulheres. Por isso, tudo o que elas realizavam nesta esfera não gozava de reconhecimento e nem legitimação como "trabalho". Menos ainda um salário.

Esse processo, vindo para o Brasil pela colonização portuguesa, acabou por configurar o "dispositivo materno",[2] dispositivo que se tornou espectro central sob o qual as mulheres brasileiras são vistas e constituídas[3] na atualidade. Tratam-se de certas performances e emocionali-

1. ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos:** cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Appris, 2018; FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa.** São Paulo: Elefante, 2017. LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo-Corpo e gênero:** dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2011.

2. ZANELLO, op. cit.

3. Tanto para mulheres brancas quanto para as negras, pois isso se tornou hegemônico pelo próprio processo de colonização histórica, cultural e afetiva exercido pelo padrão eurocêntrico.

FOTO: SHUTTERSTOCK

VALESKA ZANELLO

Doutora em Psicologia pela Universidade de Brasília, professora associada do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da UnB. É coordenadora do grupo de pesquisa "Saúde Mental e Gênero" no CNPq.

dades que são interpeladas, em nossa cultura, desde que as mulheres nascem, e que as ensinam a cuidar, atender e privilegiar sempre as necessidades dos outros em detrimento das próprias. Isso ocorre por forte aprendizagem social, mediada por diversas "tecnologias de gênero"[4] que vão desde simples brinquedos infantis (bonecas) a músicas, filmes, etc.[5]

O dispositivo materno é essencial para o funcionamento do capitalismo e tem sido aproveitado e explorado de diversas formas, não apenas pela invisibilização e pela não-remuneração direta do tempo e esforço que mulheres despendem para cuidar dos filhos, da família e da casa. Há outras formas menos evidentes, mas nem por isso menos eficazes. Trata-se da precarização das condições de trabalho e salário em profissões que sofreram historicamente um processo de feminilização, ou seja, nas quais a grande parcela de profissionais sempre foi, ou passou a ser, de mulheres, e que são, em sua maioria, relacionadas ao cuidado, como educação, limpeza, nutrição, saúde, etc. Assim, se existe uma economia baseada em trocas monetárias, visibilizada e sempre tematizada por governos e economistas de paletó, existe também a economia do cuidado, sempre vilipendiada, mas fundamental para o funcionamento e o bem-estar de toda a sociedade.[6] Veremos que, para compreender a distribuição da economia do cuidado, precisamos tratar de mais duas desigualdades estruturais, históricas, e profundamente violentas, de nosso país: a social e a racial.

Em relação à desigualdade econômica a pandemia evidenciou o profundo fosso existente entre aqueles que têm um mínimo de estabilidade financeira e seguridade social, e aqueles que trabalham, muitas vezes, nas piores condições para conseguirem ao menos se alimentar; quem pode comprar remédios, se deslocar em veículo particular e fazer teletrabalho, e quem depende diretamente de políticas públicas para ter acesso a medicamentos, que usa transportes públicos e precisa ir para as ruas ganhar o sustento do dia. Esse fosso é "colorido" e apresenta tonalidades marcantes em sua divisão: do lado protegido, temos, em sua maioria, pessoas brancas, e do lado vulnerabilizado, uma maioria negra. Essa diferença só é passível de ser compreendida quando se considera os quase quatrocentos anos de escravização de pessoas negras, vindas à força das mais diversas nações africanas para o Brasil; e, também, o processo de abolição, que se deu sem nenhuma política reparadora ou de inclusão social. O Estado não garantiu aos ex-escravizados e seus descendentes acesso a condições mínimas de sobrevivência e dignidade. Pelo contrário,

4. LAURENTIS, Tereza de. **Technologies of gender, essays on theory, film and fiction.** Bloomington (Indiana): University Press, 1987.

5. GAMA, Mariah; ZANELLO, Valeska. Dispositivo amoroso e tecnologias de gênero: uma investigação sobre a música sertaneja brasileira e seus possíveis impactos na pedagogia afetiva do amar em mulheres. In Edlene Silva. Susane Oliveira e ValeskaZanello (Org.).**Gênero, subjetivação e perspectivas feministas.** Brasília, DF: Technopolitik, 2019.

6. TRONTO, Joan. Care démocratique et democraties du care. In: P., Molinier; S., Laugier,; P., Paperman. **Qu'est-ce que lecare?** Paris: Payot & Rivage, 2009. pp. 35-55.

logo após a abolição, foram adotadas pelo governo brasileiro políticas pautadas no racismo científico, de busca de embranquecimento da população, importando para isso mão de obra barata e pobre da Europa, principalmente italianos e alemães. Essa exclusão social se manteve e pode ser traduzida pelo dado de que grande parcela da população que não tem até hoje acesso à água encanada, rede de esgoto, trabalho e renda mínimos, educação e saúde públicas são pessoas negras. Como diz Sueli Carneiro,[7] no Brasil, a pobreza é racializada. Somada à negligência atual do governo face à pandemia da COVID-19, essas condições colocaram em risco ainda maior essa população.

Porém, se de um lado homens e mulheres negros enfrentaram dificuldades em comum relacionadas ao racismo, também se deparam com especificidades relacionadas a um racismo engendrado ou um sexismo racializado.[8] Gostaríamos de destacar, entre vários, um ponto: se, no período pós-abolição, homens negros foram abandonados nas ruas, grande parte das mulheres negras permaneceram trabalhando na casa de pessoas brancas, como empregadas domésticas ou babás, em condição de subalternidade, servidão e precariedade de salários, condição essa que persiste até os dias atuais. Em 2019, por exemplo, 92 % dos empregados domésticos eram mulheres e, dessas, majoritariamente, mulheres negras, pobres e com poucos anos

7. CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.** São Paulo: Selo Negro,

8. GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje,** pp. 223-244, 1984; KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação. Episódios de racismo cotidiano.** Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

FOTOS: ARQUIVO PESSOAL E BANCO DE IMAGENS MOVIMENTO COMUNICAÇÃO

de estudo formal.[9] Empregada doméstica ainda é a maior categoria profissional para as mulheres em nosso país.

Voltemos à economia invisibilizada do cuidado para pensarmos a interseccionalidade entre gênero, raça e classe social. A distribuição de cuidados é profundamente desigual em nosso país. Esses cuidados podem ser diretos, desde aqueles oferecidos por uma cozinheira/empregada doméstica (quase sempre uma mulher negra), a quem se paga para trabalhar no lar, ou terceirizados, como quando você come em um self-service, compra uma fruta em um supermercado, deixa as roupas na lavanderia. De um lado, temos quem mais cuida e menos recebe cuidados; do outro, quem mais recebe e menos os oferece. No primeiro grupo, temos as mulheres negras e, no segundo, homens brancos de classe média e alta. Mulheres brancas também exploram os cuidados de mulheres negras ou de classes sociais desfavorecidas, terceirizando, muitas vezes, os cuidados que a elas são imputados pelo simples fato de serem mulheres. Porém, ainda assim, elas continuam responsabilizadas pelo cuidar e por sua gestão.

Para a vida ser possível, uma rede de cuidados é, portanto, necessária, mas raramente essa rede é reconhecida. A pandemia trouxe à luz do dia, e sob uma lupa, essas relações de cuidado e sua complexidade: seja explicitando a sua importância pela sua ausência (impossibilidade de usufruir do cuidado terceirizado, por causa do isolamento) ou a violência de obrigar mulheres, sobretudo negras e pobres, subalternizadas a trabalhar/cuidar, mesmo sob risco de contaminação; seja na reestruturação dos cuidados necessários com a casa e as crianças, como o ensino remoto ou atividades para preencher o dia, sobre os ombros das mais diversas mulheres; e, por fim, seja no combate à doença ou nos cuidados aos adoecidos, pois

9. VILELA, Renata. Quem são as empregadas domésticas no Brasil? **Reconta Aí**, s.l., s.d. Disponível em: https://recontaai.com.br/atualiza-ai/quem-sao-as-empregadas-domesticas-no-brasil/. Acesso em:

“A VIDA, QUE PARA MUITAS JÁ ERA CARACTERIZADA COMO UMA DUPLA OU TRIPLA JORNADA, EM TEMPOS ANTERIORES, TEM SE CONFIGURADO, AINDA MAIS, NA CONJUNTURA DA PANDEMIA, COMO UM PERMANENTE TRABALHO EXTENUANTE.”

quem está no fronte de guerra são as mulheres. São elas a maioria entre técnicas de enfermagem, enfermeiras, médicas da atenção primária, profissionais da limpeza, e também nós psicólogas. Somos a maioria em nossa categoria, e mesmo que não estejamos presencialmente em alguns campos de trabalho, tivemos nosso trabalho intensificado com as demandas de atendimento remoto e, em muitos casos, gratuitos. Somos nós mulheres que geralmente cuidam de quem adoece na família. A vida, que para muitas já era caracterizada como uma dupla ou tripla jornada, em tempos anteriores, tem se configurado, ainda mais, na conjuntura da pandemia, como um permanente trabalho extenuante. Por outro lado, aumentou ainda mais a precarização das profissões essencialmente femininas, sobretudo para as empregadas domésticas, muitas demitidas ou que tiveram seus contratos suspensos, e as professoras, cujo trabalho se intensificou, para dar conta do ensino a distância para as crianças das mais diferentes faixas etárias. Ou seja, existem profundas diferenças entre mulheres com status econômico mais elevado ou não (em geral, brancas e negras respectivamente), e de diferentes profissões, no entanto, há um recorte transversal da precarização da vida pelo gênero, pois independentemente da classe social, está sendo depositado nas mãos delas, ainda mais e mais uma vez, o trabalho do cuidado.

Quais serão os impactos subjetivos, fruto da sobrecarga de trabalho visível e invisibilizado nas mulheres das mais diversas classes, profissionais e econômicas, durante esse período de pandemia e isolamento social? Esta é uma questão que a Psicologia precisa e deve se colocar, pois, ao que tudo indica, esses impactos provavelmente irão exceder o tempo de duração da própria pandemia, traduzindo-se em uma onda de sofrimento psíquico e estafa. Sendo assim, nossa categoria precisará se preparar. Afinar a escuta para traduzir esse sofrimento em termos de violências estruturais — das quais gênero, raça e classe social são fundamentais — é um grande desafio para que as intervenções possam extrapolar o âmbito individual, ampliando a compreensão sobre as causas do sofrimento das mulheres e não se rendendo às explicações reducionistas, sejam as biológicas, sejam as psicológicas. Que haja assim uma escuta qualificada, pautadas na ética profissional e nos direitos humanos, e não apenas uma hipermedicalização, tão comum quando se trata do sofrimento feminino. E que essa escuta extrapole os atendimentos individuais e nos leve a repensar, como categoria, sobre a necessidade de nossa participação cada vez mais ativa na construção de políticas públicas reparadoras e transformadoras de nossa sociedade. ●

MADGE PORTO

Mestre pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Doutora pela Universidade de Brasília (UnB), é professora Adjunta da Universidade Federal do Acre (UFAC) e pesquisadora vinculada ao grupo de pesquisa: Saúde Mental e Gênero (UnB).

FOTO: ARQUIVO PESSOAL

Psicologia em Emergências e Desastres: Uma área, múltiplas possibilidades

A Psicologia em Emergências e Desastres como poderoso instrumento de cuidado em situações de crises coletivas

FOTO: SHUTTERSTOCK

O desenvolvimento da pandemia revela o trabalho de uma área da Psicologia ainda pouco conhecida, mas fundamental: a que trata da Gestão Integral de Crises e Desastres. A especialidade, cujas primeiras intervenções remontam remontam situações que envolviam desastres naturais e incêndios, gradativamente passou a ser estudada após conflitos armados, ao longo do século XX, e hoje é indispensável para ampliar as possibilidades de atuação profissional em contextos de crises coletivas, tal como a pandemia causada pelo novo coronavírus.

A emergência sanitária internacional da COVID-19 é considerada o maior desastre humanitário de nossa geração. No Brasil, o cenário é devastador. Além da quantidade absurda de mortes, há consequências no campo da saúde física, emocional e mental das populações, aumento das violências, alastramento de *fake news*, além do agravamento da crise econômica.

Para entender mais sobre o papel da especialidade nestes contextos, a **DIÁLOGOS** conversou com a psicóloga e professora universitária Ionara Rabelo. Com larga experiência na área, Ionara trabalha na Gerência de Vigilância às Violências e Acidentes, da Secretaria de Saúde de Goiânia, e, na pandemia, apoiou a construção de estratégias de saúde mental e apoio psicossocial para profissionais de saúde e da população de Goiânia. Também atua, desde 2011, como psicóloga em projetos internacionais da ONG Médicos Sem Fronteiras.

Segundo ela, o desastre se caracteriza por possuir uma conotação sistêmica. "Nunca é só a barragem que rompeu. É a barragem que rompeu, as políticas públicas que não estavam preparadas para o toque de recolher, as rotas de fuga que não foram estabelecidas. Então, o desastre tem toda →

essa dimensão ampliada", ensina.

A psicóloga explica que o desastre também se caracteriza pelo acúmulo de outros desastres decorrentes do primeiro. Como uma peça que desarticula e desmonta outras tantas ao redor. É comum em um desastre, por exemplo, perder pessoas durante o salvamento de outras ou mesmo ter efeitos colaterais com impactos negativos. "É o caso da pandemia de COVID-19. O isolamento e o distanciamento social, que são as estratégias mais eficientes enquanto não há vacina para todos, podem tanto salvar como provocar sofrimento", afirma. Na entrevista, Ionara comenta, dentre diversos assuntos, a atuação das profissionais de Psicologia e, também, sobre as oportunidades de se criar novos tipos de políticas públicas a partir do olhar psicossocial.

Diálogos A situação de isolamento social forçado pode ser considerada um desastre para a humanidade, no sentido de que provocou diversos efeitos colaterais, como violências simbólicas e/ou físicas?

O isolamento é como um efeito colateral da pandemia, que é classificada como emergência de saúde pública internacional grave, a pior da nossa geração. Então, o isolamento, que é uma das estratégias para diminuir o número de mortes, também tem impacto negativo na vida das pessoas. Não quer dizer que não deveria ter sido utilizado. Por isso, considero muito importante a atuação da Psicologia, que, ao longo de 2020, mostrou que pode ajudar a população muito além do atendimento individual. E mostrou isso produzindo material educativo de interesse público. Tivemos inúmeras *lives*, bastante material sobre relações humanas, comunicação interpessoal, inclusive orientações sobre como cuidar das crianças, entre outros.

Sobre o agravamento das violências, a gente já tinha esse indicador, porque tínhamos pesquisas comprovando isso na China. Então, o desastre funciona como uma lupa, ele não provoca violência, ele amplifica aquilo que já existe.

Considerando que muitas relações funcionam nessa base do patriarcado, onde a mulher tem pouco poder, o universo de confinamento eleva as possibilidades de conflitos. No começo da pandemia não tivemos tanto aumento das denúncias; já no final do ano sim. Inclusive, houve uma pesquisa muito interessante em São Paulo que mostrou o aumento dos conflitos por meio de uma ferramenta de busca no Twitter. Ali já havia um indicativo de aumento de conflitos pelas palavras que a ferramenta captava.

FOTO: SHUTTERSTOCK

Diálogos No início da pandemia havia uma estimativa de que os atendimentos psicossociais nos serviços especializados beiravam 4%, o que não se diferenciava dos números que já ocorriam antes da pandemia. Passados diversos meses, é possível dimensionar essa porcentagem? Ela se mantém igual ou aumentou?

Em um primeiro momento, não houve aumento de demanda por auxílio psicológico. Imaginamos que do segundo semestre para cá houve, mas ainda precisamos comprovar isso com a análise dos dados das novas pesquisas que ainda estão sendo feitas. Porém, destaco uma pesquisa realizada pela Unicamp e UFMG com cerca de 45 mil pessoas entre abril e maio de 2020, onde se detectou um aumento do sofrimento psicológico, consumo de álcool e cigarro, principalmente nas populações mais jovens.

> "É IMPORTANTE COMEÇAR RELEMBRANDO QUE O CENÁRIO GERAL DA GESTÃO PÚBLICA NO COMBATE À PANDEMIA FOI TOTALMENTE DESARTICULADO. NÃO HOUVE UMA CONVERSA ENTRE OS GOVERNOS FEDERAL, ESTADUAIS E MUNICIPAIS, E ISSO DIFICULTOU A MOBILIZAÇÃO SOCIAL EM PROL DE UMA DIREÇÃO ÚNICA."

Esse aumento é um indicador negativo para a saúde mental. Foi detectado, também, o aumento de tristeza e sintomas de ansiedade, também entre os jovens. A gente imaginava que entre idosos o isolamento seria mais pesado, mas o interessante foi perceber que o impacto negativo foi muito maior para aqueles que precisam da socialização como uma ferramenta de saúde mental. Houve, também, um aumento do sofrimento também entre as mulheres.

Para mim, um indicador possível foi observar que o sofrimento pelo isolamento fez aumentar as estratégias negativas para lidar com esse sofrimento. Já os colegas relatam o aumento do número de pessoas buscando terapia, até mesmo pela facilidade proporcionada pelo atendimento *on-line*. Ainda precisamos ver outros dados, como das tentativas de suicídio. Somente agora no primeiro trimestre é que a gente vai conseguir fazer as análises dos bancos de dados que a gente tem. Ou seja, ainda teremos muitos dados para analisar.

Diálogos De maneira geral, como você tem avaliado o cenário das políticas públicas no Brasil no contexto de combate à pandemia, em um momento da nossa história em que há tanta negligência com as políticas sociais?

É importante começar relembrando que o cenário geral da gestão pública no combate à pandemia foi totalmente desarticulado. Não houve uma conversa entre os governos federal, estaduais e municipais, →

e isso dificultou a mobilização social em prol de uma direção única. Inclusive, tivemos discursos que fizeram chacota sobre o perigo do vírus.

Mas vejo como positivo o fato de muitos gestores finalmente colocarem a saúde mental na pauta. Não a visão de ausência de doença, mas como um processo que precisa ser cuidado nas relações do trabalho. Com isso, foram construídos mecanismos para aumentar a sensação de segurança dos trabalhadores da linha de frente, baixar os níveis de ansiedade e a gente conseguir cuidar uns dos outros.

Mesmo assim, muitos gestores perderam a oportunidade de entender o quanto a saúde mental é importante, o quanto a Psicologia é importante nesse momento. Se a gente tivesse ousado um pouquinho mais apresentando propostas de trabalho e ampliando o que a gente já sabe fazer, talvez o impacto positivo tivesse sido ainda maior. Um exemplo são os CAPs, que atendem os transtornos mentais moderados a graves e para tratamento para álcool e outras drogas. Se os CAPs tivessem capacitado agentes comunitários de saúde para trabalhar com as angústias e as ansiedades da população, poderiam ter causado grande impacto positivo nas comunidades, oferecendo cuidados iniciais de saúde mental para as pessoas.

Diálogos **Como você observa a situação dos grandes bolsões de pobreza no Brasil, uma vez que algumas das normas mais básicas de biossegurança não se aplicam nessas realidades? E como estão recebendo relatos das psicólogas que trabalham nos atendimentos psicossociais?**

Entendo que faltou uma política pública de trabalho no território, com a comunidade, fazendo esse apoio psicossocial. Acredito que até a própria categoria não entende o que é apoio psicossocial e fica só na questão psíquica. Não entende que o psicossocial é a base, é o que a gente estuda em Psicologia Social, que é a articulação de movimentos

FOTO: SHUTTERSTOCK

em rede, de apoio intersetorial.

Por exemplo, aqui em nossa realidade, pedimos que fosse feito um plano de comunicação para dialogar com líderes comunitários e representantes dos conselhos de saúde sobre alternativas de biossegurança mais acessíveis. Acabou que esse plano não foi feito. O que vimos foi o quanto o poder da mobilização social fez diferença em algumas comunidades onde já havia vínculos e organização em rede. Nelas, os líderes comunitários conseguiram se organizar e articular diversos tipos de providências e, com isso, ajudar a população. Enquanto em outras, onde o que prevalecia era a circulação de informações negacionistas pelo WhatsApp, foi bem mais difícil inserir uma visão articulada de combate à pandemia.

Então, sinto que perdemos a oportunidade de salvar mais vidas por não priorizar uma política pública baseada no poder do apoio psicossocial. Além disso, vejo que muitas profissionais continuam enclausuradas em uma visão individual e clínica e pouco se apropriam do poder de atuação em rede que, nesse momento, era fundamental pra gente cuidar da população.

Diálogos Após quase 1 ano de pandemia é possível fazer um balanço da atuação das psicólogas que atuam na gestão de riscos e desastres nesse contexto social, econômico e político brasileiro?

Percebi discrepâncias na atuação das profissionais da Psicologia. Enquanto uns se mobilizaram para fazer atendimento *on-line* ou buscar orientação sobre como realizar melhor o trabalho presencial, outros tantos ficaram presos em modelos ultrapassados. Ou paralisados.

Por exemplo, vimos profissionais não buscando entender a situação →

FOTO: SHUTTERSTOCK

e, muitas vezes, pedindo atestado porque estavam com muito medo. Então, como ponto negativo, destaco o fato de que muitos não tenham conseguido enxergar na emergência um fator de mudança. Porque a gente trata as emergências e desastres como um divisor de águas, onde é possível também sair diferente do outro lado. É claro que a COVID-19 tem um impacto negativo, mas falo sobre o fato de que no desastre é possível criar e propor novas estratégias, ampliar o escopo do trabalho e, consequentemente, o impacto positivo na sociedade a partir disso.

Diálogos Como você avalia o estado emocional e mental das psicólogas e também das equipes de saúde que são cuidados por elas? Observando de fora, notamos um quadro de estresse causado por uma série de fatores.

Vou tomar como base o cenário do fim do ano. O que mais vi foi uma exaustão, não só nos colegas de profissão, como nos demais colegas da Saúde. E a exaustão promoveu um mecanismo psicológico em muitos profissionais, que foi entrar em negação, afrouxando medidas de biossegurança. Para completar, no fim do ano também ainda tivemos a troca nas gestões municipais, e isso naturalmente potencializou essa exaustão.

O Ministério da Saúde, inclusive, enviou uma carta avisando sobre a importância de manter toda a paramentação e demais cuidados. Num primeiro momento, achei a carta estranha, mas no contato com colegas de hospitais eu vi que estavam diminuindo os cuidados de biossegurança consigo e com a equipe.

Muitos colegas enfrentaram a perda de familiares e, também, de próprios colegas, então isso fez com que fosse necessário ampliar o monitoramento de equipes. No cotidiano deles, por exemplo, tinham as chamadas de vídeo com os familiares que precisavam de apoio para lidar com seus parentes internados em UTI, por exemplo. E tinham dias em que se perdiam 3 pacientes. Ou seja, muitos colegas não estavam aguentando mais essa dinâmica.

Diálogos E como você avalia as iniciativas que surgiram para cuidar de quem cuida?

Tivemos estratégias maravilhosas de psicólogas que foram se reinventando nesse processo e ampliando o cuidado com a equipe. Também percebemos muitas iniciativas voluntárias de cuidado entre colegas acontecendo no início da pandemia, apesar de que muitas foram interrompidas ao longo dos meses, logo no momento em que as equipes mais precisavam. Mas a gente foi criando entre nós reuniões para trocarmos experiências, desabafar, pedir ajuda.

No contexto hospitalar, por exemplo, é bastante tênue essa relação de quem cuida. Há dez, vinte anos, ao estudar Psicologia no ambiente hospitalar, aprendemos que a psicóloga deveria cuidar de paciente, família e equipe. Mas temos questionado isso já há alguns anos pelo fato de que há um conflito de interesse. Como a profissional, que faz parte da equipe, vai cuidar da equipe?

Aqui em Goiás estabelecemos uma Nota Técnica, há uns 2 anos, que estabelece que as profissionais psicólogas das equipes não sejam responsáveis pelo cuidado com as equipes, e eu acredito que precisamos discutir melhor o estabelecimento desse tipo de conduta, porque é fundamental repensar quem vai cuidar de nós. ●

IONARA RABELO

Doutora em Psicologia pela UNESP-ASSIS, é docente na Universidade Federal de Goiás (UFG) e atua como psicóloga do Gerência de Vigilância às Violências e Acidentes, Secretaria Municipal de Saúde, da cidade de Goiânia. É pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Violência e Gênero da UNESP-Assis, colaboradora do CEPED-Fiocruz para Atenção Psicossocial e Saúde Mental para COVID-19 e psicóloga na organização Médicos sem Fronteiras.

Atendimento psicológico *on-line*: vantagens e limitações expõem a fragilidade das políticas públicas de enfrentamento às doenças psicossociais

Ao mesmo tempo que a pandemia propagou a modalidade dos atendimentos remotos, denunciou a falta de investimentos públicos devido à enorme oferta de ações coletivas e voluntárias

Quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou oficialmente a pandemia, a rotina de toda uma sociedade foi alterada e se voltou, principalmente, para dentro dos lares. Junto das novas adaptações domésticas e trabalho em home office, várias profissões tiveram de se adequar. Entre elas, a Psicologia, com a possibilidade de ampliação do atendimento psicológico remoto.

Para o professor da Universidade do Estado do Amazonas/UEA e integrante do Projeto "Nós da Linha de Frente", desenvolvido pela universidade, André Luiz Machado das Neves, é importante compreender que essa modalidade ampliou o acesso à psicologia, mas ainda apresenta muitas limitações. O projeto é um coletivo formado por profissionais ligados às

áreas da saúde pública que se uniram para oferecer atendimento psicológico *on-line* a pessoas que estão em processo de aflição devido ao trauma da pandemia, e a familiares de profissionais da linha de frente. A proposta é um exemplo das ações coletivas e voluntárias que deram certo para o enfrentamento, não somente aos sofrimentos psíquicos provocados pela pandemia, mas também pela ausência do Estado.

Segundo Neves, fazer psicologia e dialogar com as políticas públicas é um exercício que exige bastante enfrentamento das pessoas envolvidas, "uma vez que são muitas demandas e poucos recursos, embora todos saibamos que os direitos humanos são defendidos na legislação com viçosidade". Acompanhe os principais trechos da entrevista de André Neves à Revista **DIÁLOGOS**:

ILUSTRAÇÃO: SHUTTERSTOCK

ANDRÉ LUIZ MACHADO DAS NEVES

Doutor pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e mestre pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), é membro do Projeto "Nós da Linha de Frente" da UEA.

Diálogos Na sua avaliação, como o aumento do atendimento *on-line* impacta no trabalho da psicologia?

ANDRÉ NEVES Primeiro, é importante compreender que essa modalidade ampliou o acesso à psicologia, mas ainda apresenta muitas limitações, especialmente no que se refere à rede disponível e de boa qualidade. Também ajudou na rapidez e na facilidade (pelo menos para quem domina o uso de celular e/ou computadores) para acessar o serviço psicológico, pois permite que a pessoa nem precise sair de casa, além de incluir pessoas que tinham alguma resistência em procurar uma psicóloga. No entanto, mediante a experiência enquanto psicólogo em ação humanitária durante os dois momentos da pandemia, pude experimentar que essas iniciativas não vieram apenas somar, mas preencher provisoriamente uma rede de assistência esvaziada e negligenciada pelos agentes governamentais do Estado. A relação causal é a falta de assistência do Estado, que produz a lacuna, e isso mobiliza o voluntariado. Outro ponto é que as desigualdades de acesso à internet também afetam não somente usuários, mas profissionais que necessitam de uma boa internet. Nesse sentido, abriu-se um campo que não é tão novo, mas que ainda é restrito, que é o uso de tecnologias digitais para atendimentos psicológicos.

Diálogos Como tem sido o trabalho remoto no atendimento às políticas públicas? Quais cuidados devem ser tomados? Em casos como a população carcerária, por exemplo, existem diretrizes?

AN Atualmente, tenho observado que o atendimento remoto tem sido privilegiado para populações em geral, mas desde que ela tenha acesso a tecnologias. Nesse contexto, percebo que é o momento de começar a articular políticas públicas no intuito de atentar sobre as especificidades da população e dos setores como educação, segurança pública, assistência social, pois nessas políticas não existem protocolos de atendimentos em situações de desastres pandêmicos.

Lembro que em Manaus, no Hospital 28 de Agosto, foi divulgado um card oficial com o número de telefone e o nome de um psicólogo através do qual se poderia obter informações de pacientes, atendimento no leito, realizar visita virtual e suporte emocional. Isso é uma iniciativa do serviço de psicologia no hospital. Mas, em outros setores, como o da segurança pública, que é o caso da população carcerária, tais iniciativas não foram observadas. Pensando a psicologia como garantidora dos Direitos Humanos e seu compromisso ético-político, sugere-se que as instituições prisionais utilizem as salas onde realizavam a educação a distância. Além da população carcerária, ainda há um público segregado, como instituições de acolhimento, instituições psiquiátricas, centros filantrópicos que atendem pessoas com deficiência e ainda os idosos asilados. Todos/as também precisam de suporte psicológico, com o qual, muito possivelmente, não podem contar no momento, haja vista grande parte das psicólogas e psicólogos desses espaços atuarem no modo de voluntariado.

Diálogos Como lidar com esse "novo normal" no campo da Psicologia?

AN Essa pergunta me remeteu imediatamente a uma música da Gal →

FOTO: ARQUIVO PESSOAL

Costa: “Atenção, precisa ter olhos firmes/ Pra este sol, para esta escuridão/ Atenção, Tudo é perigoso/ Tudo é divino maravilhoso/ Atenção para o refrão/ É preciso estar atento e forte/(...)”. Inspirado nesse trecho, posso falar que a psicologia deve ficar atenta e forte à noção de “novo normal”. Essa ideia parece querer acalentar as pessoas, fazendo parecer que estamos em um novo ciclo, mas já experimentamos que não é bem assim, aí temos a segunda onda da pandemia da COVID-19. A psicologia, que historicamente aglutinou-se na ideia de normal (e hoje algumas abordagens têm escapado de noções cristalizadas, enquadres, classificações), precisa de muita atenção para não normatizar o trabalho em excesso, psicologizar o cansaço, romantizar a normalidade do sofrimento, se reinventar pensando em uma elite que desfruta largamente de tecnologias possíveis para o atendimento remoto.

“A PSICOLOGIA DEVE SE POSICIONAR CRITICAMENTE EM RELAÇÃO À COMPREENSÃO INDIVIDUALISTA, POIS A IDEIA DE ‘NOVO NORMAL’ TEM COMO PANO DE FUNDO A CRENÇA DE QUE O FRACASSO OU O SUCESSO SE DEVEM, EXCLUSIVAMENTE, À RESPONSABILIDADE E AO ESFORÇO DA PESSOA.”

A EXPERIÊNCIA DE MANAUS

Manaus virou exemplo de descaso na gestão da pandemia e as cenas desesperadoras de profissionais da saúde para salvar pacientes correram o mundo. De acordo com Marck Torres, professor da Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Amazonas/UFAM, as iniciativas emergentes e de maior visibilidade de atendimento remoto da psicologia nos últimos tempos foram promovidas por instituições de ensino e coletivos de profissionais da psicologia.

Segundo Torres, o atendimento remoto no Brasil ainda tem alguns percalços, principalmente por falta de evidências científicas. São apenas dois anos de implementação desta prática a partir da última normatização do CFP. “Isso implica uma série de questões que ainda estamos tentando entender como funcionam: o alcance, as evidências e eficácia de tratamentos nessa modalidade. A psicologia, não podemos esquecer, tem o contato e a presencialidade como aspectos muito fortes”.

Torres coordena a Clínica Escola da UFAM, que presta atendimento à comunidade acadêmica e do entorno e, desde o início da pandemia em Manaus, com a suspensão do calendário acadêmico, pensaram em um

MARK TORRES

Mestre pela Universidade de Brasília (UnB) e doutor pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), é professor Adjunto da Faculdade de Psicologia e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFAM e líder do Grupo de Pesquisa em Contextos Clínicos e Avaliativos certificado pela Universidade Federal do Amazonas no CNPq.

modelo de atendimento que fosse mediado pelas tecnologias de comunicação, "o que era uma novidade para muitos de nossos colegas".

A partir da crise sanitária, iniciaram uma articulação que envolveu toda a Faculdade de Psicologia, incluindo os docentes, mestrandos e egressos, para um trabalho de acolhimento psicológico que começou em abril de 2020. "Ali conseguimos contribuir muito para auxiliar nas redes de atenção à saúde mental, que já estavam estranguladas pela falta de investimentos em serviços públicos de saúde".

Torres aponta que uma das grandes dificuldades na forma remota foi a instabilidade da internet, principalmente no Norte do país, em razão das condições geográficas da região. No entanto, enfatizou o professor, a equipe da Clínica Escola realizou muitos atendimentos por linha telefônica. "Foi uma estratégia que encontramos para poder prestar esse serviço. Não foi um modelo de psicoterapia clássico, como se conhece, mas uma busca de acolhimento emergencial, como preveem vários documentos normativos com relação ao atendimento psicológico em momentos de desastre e emergencial. Não é a forma mais recomendada, mas foi o que deu pra fazer".

Outra dificuldade encontrada, segundo o professor, foi o preparo para esse tipo de atendimento. Segundo ele, além da formação para atendimento *on-line*, porque nem todo mundo sabe como fazer, tem a questão da segurança de rede em relação aos documentos, obedecendo à normativa do Conselho de 2009. Marck Torres disse que a UFAM utilizou as ferramentas Telegram e GoogleMeet para realizar os teleatendimentos.

Vitória na crise

A pressão da sociedade civil organizada, formada especialmente por docentes e discentes do Amazonas, exigiu a contratação de psicólogos e psicólogas para atuar na segunda onda do COVID-19, em janeiro de 2021. "A cobrança deu certo e contrataram, em janeiro deste ano, 50 profissionais pelo governo estadual para entrar nos atendimentos remotos e também dar assistência à linha de frente de quem atua na pandemia".

O resultado foi uma grande conquista para a categoria, conforme destaca Torres: "Entendemos que acabamos nos inserindo no espaço de psicologia voluntária sempre, quer dizer, sabemos da importância da psicologia e do profissional de psicologia, mas porque não podemos ter psicólogos contratados? Além dos médicos e enfermeiros, precisamos de psicólogos atuando no serviço público também!" ●

FOTOS: ARQUIVO PESSOAL; ILUSTRAÇÃO: SHUTTERSTOCK

O QUE DIZ O CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DE PSICÓLOGAS E PSICÓLOGOS?

MARISA HELENA

Mestre em Psicologia da Saúde pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB/MS), é docente na Faculdade Católica de Mato Grosso (FACCMT) e psicóloga aposentada pela SESMT Secretaria do Estado de Saúde de Mato Grosso.

A **DIÁLOGOS** conversou com a conselheira do CFP, professora Marisa Helena Alves, também representante da entidade no Conselho Nacional de Saúde. Acompanhe:

Diálogos Como foi o processo de decisão que tornou possível ampliar o atendimento *on-line*?

É importante destacar que o atendimento remoto já existia. O que fizemos foi ampliar esse serviço, no sentido de torná-lo mais acessível às psicólogas em razão da pandemia. Com o isolamento social, era necessário que as pessoas pudessem ter acesso aos serviços de psicologia, por isso foi flexibilizada a forma de acesso à plataforma E-psi para a realização de cadastro dos psicólogos que desejassem trabalhar nesse formato.

Diálogos Há limites éticos que devem ser observados na modalidade *on-line*? Se sim, por quê?

Sim, em todos os atendimentos psicológicos, sejam presenciais ou de forma remota, há que se observar o que dispõe o Código de Ética e as demais normativas que regem a profissão de psicólogas e psicólogos. Na prática, temos presenciado algumas dificuldades do *on-line* como, por exemplo, impossibilidade de se ter o controle da maioria das variáveis que interferem no processo de sigilo. Ou seja, o ambiente de residência das profissionais podem sofrer interferências externas e, por isso, é importante cuidar desse ambiente da escuta para preservar o sigilo.

Diálogos Há situações em que o atendimento *on-line* é vedado? Quais?

Hoje é possível fazer o atendimento *on-line*, e as situações que anteriormente eram vedadas não são mais. Entretanto, a Resolução CFP n° 04/2020, que trata do atendimento *on-line* durante a pandemia da COVID-19, suspendeu os referidos artigos da Resolução CFP n° 011/2018. Ou seja, tínhamos uma Resolução que foi feita bem antes da pandemia que colocava situações de emergência e desastre previstas para serem atendidas apenas em modo presencial. No entanto, a pandemia mostrou que havia necessidade de se rever isso. Então, com a Resolução n° 04/2020, o CFP amplia e corrige essa parte. Na verdade, não é bem uma correção, porque em 2018 jamais se imaginaria uma realidade dessas. Então, diante desta nova situação, repensamos os artigos que vedavam o atendimento *on-line*.

Diálogos Quais discussões têm sido feitas a respeito da continuidade ou não da modalidade *on-line* após o fim da pandemia?

Queremos deixar bem evidente que o atendimento *on-line* não está condicionado à pandemia, tanto é que já tínhamos uma resolução de 2018 que previa o serviço remoto. Neste sentido, muito provavelmente existirá um Grupo de Trabalho para analisar mudanças e adequações necessárias. Mas a modalidade *on-line* é uma realidade independente da pandemia, e esse atendimento existe porque já era uma tendência entre as psicólogas, por haver uma uma resolução específica e firmada.

Educação e os desafios de evitar a evasão escolar em tempos de austeridade fiscal

Como a psicologia educacional pode intervir e ajudar a elaborar políticas sociais com ações coletivas e individuais

Cadernos, estojos e mochilas estão parados dentro de casa há mais de um ano, desde que as escolas públicas e privadas interromperam suas atividades presenciais em razão da crise sanitária mundial, causada pelo surto de COVID-19. A pandemia, que forçou o isolamento social desde março de 2020 para salvar vidas, deixou exposta a face cruel das decisões políticas brasileiras, especialmente no que se refere aos recursos federais voltados à saúde e à educação.

A aprovação da Emenda Constitucional do Teto de Gastos Públicos, de número 95, que instituiu um novo Regime Fiscal ao país, teve como efeito imediato a paralisação de políticas públicas essenciais ao desenvolvimento do Brasil. Na pandemia, a situação se agravou, afetando as áreas que mais necessitam de atenção especial da União.

No caso da educação, alunos, professores e corpo pedagógico das escolas municipais e estaduais foram os que mais sentiram na pele a ausência do Estado, conforme destaca a professora e pesquisadora em Psicologia e Educação pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Lilian Caroline Urnau. Para ela, a pandemia, assim como outros desastres, evidenciou o desmonte nas políticas sociais. “Nos últimos cinco anos temos visto um processo de enfraquecimento dessas políticas, o que fragilizou toda a rede de proteção que havia sido fortalecida na primeira década dos anos 2000”.

“Temos então um abismo ainda maior, que foi criando esse fosso – e os indicadores já vêm mostrando isso – do quanto já tínhamos avançado na minimização da desigualdade social. Quando chegam essas situações de desastre, o que já era precário se evidencia de uma forma ainda mais grave, porque recai sobre as populações que já viviam em condições muito desiguais e de extrema vulnerabilidade social e são elas que serão as mais atingidas por todas essas calamidades. Não só no sentido das condições materiais, mas também pelo desemprego e o acesso à saúde, por exemplo”, explica.

FOTO: SHUTTERSTOCK

LILIAN CAROLINE URNAU

Doutora pela (Usp) e Mestre (UFSC), docente na graduação e pós-graduação em Psicologia da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Pesquisadora integrante do Grupo Amazônico de estudos e pesquisas em Psicologia e Educação.

Os dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua, divulgados pelo IBGE em 28 de janeiro deste ano, traduzem em dados a avaliação de Lilian. A taxa de desemprego no Brasil atingiu 14,1%, a mais alta para o trimestre (setembro a novembro), desde o início da série histórica em 2012. Ou seja, 14 milhões de pessoas, de Norte a Sul do país, estão sem qualquer atividade remunerada. Um quadro gravíssimo não só de crise sanitária, mas humanitária que assola as famílias brasileiras.

Para ela, os indicadores da Pnad evidenciam como as classes D e E foram as mais afetadas com o ensino a distância, por exemplo, quando alguns municípios não ofereceram acesso ao ensino remoto para as populações mais pobres e, em outros casos, em que até houve algum processo de oferta de equipamentos ou redes de internet, "mas ainda assim foram essas crianças e adolescentes que menos tiveram oportunidade de horas dedicadas a escola, em comparação às classes A e B", avalia Lilian.

PSICOLOGIA NA ÁREA EDUCACIONAL: AÇÕES COLETIVAS E INDIVIDUAIS

De acordo com Lilian, uma série de sofrimentos são considerados da ordem psicossocial, ou seja, não são individuais e decorrem de processos políticos, econômicos, sociais e históricos das escolhas das agendas públicas e que são produtoras da desigualdade social. Nesses momentos, a Psicologia importa muito, explica a especialista, que reafirma a evidência, para toda a sociedade, da importância da saúde mental – "é a questão que aparece mais emergente com a pandemia, que acontece em todas as classes sociais, que é a importância da saúde mental no isolamento, como ficou evidente e a gente vê emergir uma série de profissionais oferecendo psicoterapias gratuitas, mas por outro lado não temos nos serviços públicos nenhuma oferta no sentido de uma política de Estado efetiva, voltada à dimensão da saúde mental".

"Aí quando chega um Enem, em meio à pandemia, que quer colocar todos os alunos em pé de igualdade, você encontra um índice de absenteísmo nunca visto na história, que chegou a mais de 50% e revela essa situação de desigualdade, onde sabemos que têm adolescentes que sequer conseguiram concluir os estudos no ano de 2020."

De acordo com o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira), responsável pela aplicação das provas do Enem (Exame Nacional de Ensino Médio), a abstenção da edição realizada em janeiro de 2021 chegou a 55,3%. Já a versão digital da prova, realizada pela primeira vez na história do exame, em fevereiro deste ano, somou 71,3% de desistências.

Nesse sentido, os problemas educacionais também deverão ser sentidos no ensino superior, conforme relata Lilian, que trata da evasão escolar nas universidades como uma realidade a ser encarada. "Eu tenho alunos que tiveram de abandonar o mestrado por ter que escolher entre trabalhar e estudar porque não existem mais bolsas de estudo, além de não se ter garantias de emprego após o término do curso". Nessa situação, prossegue Lilian, "por que os alunos do ensino médio vão entrar no ensino superior se não se tem mais políticas de garantia para a permanência na universidade em razão dos cortes drásticos em educação?"

"Alunos meus, inclusive, que só estudavam e não trabalhavam tiveram de procurar emprego porque os pais estavam desempregados. E esses estudantes vivem uma angústia maior que, para quem é das classes D e E, é em nível de sobrevivência: será que terei alimento para as três refeições diárias, terei como sustentar minha família, vou ter onde morar? São aflições e inseguranças de outra ordem,

FOTO: ARQUIVO PESSOAL

que não necessariamente atingem as classes A e B."

Ou seja, o cenário que se apresenta no Brasil é desolador e socialmente tem efeitos devastadores no campo psicológico, conforme analisa a pesquisadora em Psicologia Educacional. "A gente olha e desanima: o que vai acontecer com esse país com tantos retrocessos? O desafio agora é como enfrentar a necropolítica, não vamos mais poder ficar calados e aceitar o que está acontecendo". Nesse sentido, Lilian sugere uma mobilização dos psicólogos, em nível nacional, que se articulem em coletivos para além dos sindicatos e dos conselhos.

"O que tenho acompanhado nos jovens de ensino superior, portanto, é essa dinâmica em que nos sentimos mais impotentes, até porque não conseguimos dar conta de assegurar, pelo menos ainda, tratamento psicológico. Essa deveria ser uma política de Estado, onde as pessoas têm apoio para enfrentar essas inseguranças. Muitos países têm feito isso."

"Em relação ao ensino fundamental, já conseguimos entender que as crianças de escolas públicas não tiveram acesso por várias razões, mas a principal é a falta de acesso ao ensino remoto. Assim, deverão ser repensadas as estratégias escolares para facilitar esse atendimento *on-line*. Esse é o desafio para 2021, além de pensar no que passou: como inserir crianças e jovens que não puderam ter acesso aos conteúdos escolares?"

> "QUANDO CHEGAM ESSAS SITUAÇÕES DE DESASTRE, O QUE JÁ ERA PRECÁRIO SE EVIDENCIA DE UMA FORMA AINDA MAIS GRAVE, PORQUE RECAI SOBRE AS POPULAÇÕES QUE JÁ VIVIAM EM CONDIÇÕES MUITO DESIGUAIS E DE EXTREMA VULNERABILIDADE SOCIAL E SÃO ELAS QUE SERÃO AS MAIS ATINGIDAS POR TODAS ESSAS CALAMIDADES"

O IMPACTO DA PANDEMIA EM UMA ESCOLA QUE ATENDE COMUNIDADES RIBEIRINHAS

Para ilustrar um pouco esse cenário, a **DIÁLOGOS** foi em busca de conhecer mais de perto as dificuldades enfrentadas por uma escola pública em uma das regiões mais afetadas do país. A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Francisco Desmorest Passos, localizada a cerca de 150 quilômetros de Porto Velho/RO, com acesso único pelas águas do rio Madeira, é um exemplo de como a pandemia agravou ainda mais as condições que já vinham precarizadas na área educacional.

Inaugurada em 2013, atende 108 alunos e alunas do distrito de Nazaré e outras 13 comunidades cujo deslocamento se dá somente por meio de "voadeiras" (barco veloz com motor de popa). A **DIÁLOGOS** conversou rapi-

ANA LAURA CAMACHO ROCA

Professora de língua portuguesa e diretora da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Francisco Desmorest Passos. Servidora pública estadual.

damente com a diretora devido à instabilidade da rede de internet na comunidade ribeirinha. Ana Laura Camacho Roca contou que as atividades escolares foram interrompidas logo que se detectou a transmissão comunitária do coronavírus, no início de 2020.

Além disso, por outros problemas com o transporte fluvial, já que mais de 75% dos alunos dependem de barcos para estudar presencialmente, em 2019 ficou decidido que o calendário escolar de 2020 seria encerrado apenas em março de 2021. Na pandemia, como nem a escola nem os alunos têm internet, decidiu-se que os conteúdos das disciplinas seriam dados por meio da forma antiga, ou seja, em papel.

EAD IMPRESSO

Uma vez por mês, durante quatro ou cinco dias, Ana e outras duas professoras que não faziam parte do grupo de risco percorriam as comunidades ribeirinhas para distribuir pastas com materiais escolares para os alunos. “Saíamos por volta das 7h da manhã, muitas vezes pegávamos chuva no meio do caminho, e retornávamos até no máximo às 16h em razão da luz do dia”, conta.

Para que o esquema funcionasse, a Secretaria Estadual de Educação pagou a gasolina das “voadeiras”. Já os jovens e as crianças tinham o prazo de 30 dias para realizar as atividades e deixar na pasta, que era substituída conforme data previamente agendada entre pais e professores.

Para dúvidas escolares, os professores disponibilizaram o número do WhatsApp, já que a maioria deles se enquadram no grupo de risco da COVID-19 e não podiam atender de forma presencial. Na missão, além da entrega dos materiais escolares, eram distribuídos também kits de alimentação enviados pelo governo do estado, já que, dependendo da época do ano, as comunidades ficavam isoladas pela seca do rio Madeira.

Ou seja, nem as intempéries da região amazônica conseguiram impedir o árduo trabalho das professoras. “Não era o subir e descer ladeira na margem do rio, era o sol que cansava, e mesmo assim nenhuma comunidade deixou de ser atendida por nós. Nenhuma!”, orgulha-se.

Apesar do esforço em tentar manter as atividades escolares no período da pan-

FOTOS: ARQUIVO PESSOAL E SHUTTERSTOCK

Escola municipal na vila de Boca de Valeria, no rio Amazonas, em 2019

demia em dia, a mediação pedagógica, processo que compõe o processo educativo, está extremamente prejudicada. A psicóloga Lilian Urnau alerta que, segundo dados relatados de professores, apenas 30% das crianças conseguiram realizar as tarefas, reflexo da pandemia nas populações mais pobres, já que "você tem uma série de outros componentes, como mulheres sobrecarregadas e o fato de que a população mais pobre não teve direito ao trabalho remoto porque é quem exerce os serviços essenciais. Logo, não puderam acompanhar a escolarização das crianças".

Adiciona-se a esses elementos a dificuldade de acesso à internet. Segundo a especialista, os componentes conjunturais e estruturais são determinantes para que esses estudantes sejam gravemente afetados e expõem a falta de políticas de Estado orientadas para o desenvolvimento intelectual dos brasileirinhos. ●

Contornando as bordas do invisível: Reflexões sobre a COVID-19 e suas marcas na população negra

Segundo o relatório da organização Rede Nossa São Paulo, os bairros paulistanos com as maiores proporções de pessoas que se autodenominam pretas e pardas acumulam os maiores números de mortes decorrentes da COVID-19. É o presente repetindo o passado, e assim, caminhamos para um futuro com ar de passado.

Pois bem, não há desconhecimento de que este país foi arquitetado, construído e, se desenvolvido fundamentalmente pela e sob a violência, sobretudo contra a população negra e indígena. Mas há uma resistência, uma recusa, uma negação de se pensar o Brasil a partir de sua história, isto é, desde o processo do escravismo vivenciamos no Brasil uma política de manutenção da desigualdade em relação à população negra. Desse modo mantemos essa realidade e seus conteúdos, em silêncio, e produzimos e reproduzimos uma sociedade cúmplice e produtora de desigualdades raciais.

No início da pandemia era comum escutarmos afirmações que apontavam que a COVID-19 era democrática, uma vez que não fazia distinção de raça, classe ou gênero. Com isto, todos e todas estariam em um mesmo barco. Onde está o erro?

Talvez estivéssemos sim no mesmo barco, contudo, enquanto alguns corpos relaxam e continuam vivendo e usufruindo e gozando de direitos, como à vida; à liberdade; o direito ao trabalho digno e à educação, outros corpos estariam remando e limpando para manter a ordem, o progresso e a organização deste espaço.

Afinal, é fato que a noção de raça ainda é "um fator político importante utilizado para naturalizar desigualdades, justificar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários", (ALMEIDA, 2018, p. 24) cristalizando então a ideia de que alguns nascem condenados, condenados da terra, como afirma Fanon.

Portanto, a pandemia da COVID-19 tende acentuar as diferentes e diversas iniquidades relacionadas à raça, etnia, classe, gênero, sexualidades, deficiências, idade,

→

FOTO: RAFAEL FREIRE

PAULO VITOR PALMA NAVASCONI

Doutorando em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá, professor associado do departamento de Psicologia do UNIFCV e UniFatecie. Membro do Coletivo Yalodê Badá e do Grupo de pesquisa Deverso. Grupo de pesquisa em sexualidade, saúde e política.

dentre outras categorias. Sendo assim, costumo afirmar que a COVID-19 apenas intensificou o que já era existente, aquilo que para muitos não havia ou era invisível.

Como Achille Mbembe descreve estaríamos vivenciando tempos sem garantia ou promessa de superação a curto prazo; num mundo onde cada vez mais estamos dominados pelo medo do seu próprio fim. Mas essa sensação para muitos corpos passa a ser uma sensação quase que inerente por uma série de fatores que alocam certos grupos sociais em contextos desumanos e de vulnerabilidade. Então o que temos visualizado é justamente algo que atinge a todas e a todos, mas que a redistribuição dessa vulnerabilidade é desigual.

Carolina Maria de Jesus ilustrou muito bem este cenário, quando descreve a cidade de São Paulo como sendo "O Palácio é a sala de visita. A prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos" (JESUS, 1960, p. 33). Novamente, o presente repetindo o passado.

Por exemplo, os quatros distritos com mais mortes na região da grande São Paulo estão na periferia: Brasilândia, Sapopemba, São Matheus e Cidade Tiradentes. Quais vidas habitam esses espaços? Essas vidas possuem acesso a todas, ou a grande parte das orientações e recomendações dadas pelo Ministério da Saúde, bem como pela Organização Mundial da Saúde? Aliás essas recomendações e orientações contemplam populações que foram historicamente discriminadas e violentadas? São orientações possíveis de aplicação na materialidade da vida?

Há décadas os movimentos negros vem denunciando as violências do Estado frente à população negra. Sabemos que vivemos em um contexto em que a política de gestão do Estado é a gestão da morte. E em tempos da COVID-19 é possível verificar que violências que já eram fatos cotidianos praticados contra a população negra se intensificam. Resultado desta realidade? A naturalização e a manutenção da gestão da morte.

Novamente reitero que desde o processo de escravismo, corpos negros foram construídos, identificados e reconhecidos como inimigos que ameaçam a coesão da sociedade. Produzindo modos de inteligibilidade, ou seja, modos de reconhecer quais corpos e vidas são humanos, que possuem acesso ao cuidado e, consequentemente, são enquadradas como vidas. E, quais corpos são expostos à morte, conduzidos à morte, deixando morrer ou fazendo morrer, isto é, corpos marcados para morrer.

Essas são condições observadas no Brasil, onde territórios periféricos, habitados majoritariamente por negros, são historicamente precarizados e se tornam alvos dos mecanismos técnicos para conduzir as pessoas à morte, como afirma Mbembe.

Esses territórios não seriam resultados do mau funcionamento do Estado, mas antes um projeto necropolítico desse mesmo Estado, que não seguiu as recomendações feitas pela Organização Mundial de Saúde, afinal, era somente uma "gripezinha".

Portanto, o enfrentamento à pandemia da COVID-19 não só está escancarando a insuficiência do nosso sistema de saúde, no que diz respeito ao acesso adequado a cuidados de saúde, como a ausência de máquinas respiratórias, testes, máscaras e outros dispositivos, mas também a desigualdades sociais que fazem algumas vidas terem o direito à vida, ao cuidado, à moradia, aos direitos e, consequentemente, ao direito de respirar.

É diante deste cenário que temos de indagar e questionar quais "Psicologias"

almejamos e estamos construindo? Para quais vidas e para quais grupos sociais a Psicologia está a serviço? Quais vidas estamos visualizando como vidas dignas de cuidado e de apreensão e de reconhecimento? Uma vez que, se qualquer ética profissional estaria sustentada nos direitos humanos, a Psicologia que construímos é uma Psicologia que escuta, visualiza e está compromissada no combate frente a esta gestão necropolítica? Você já pensou, como formador de opinião, se é uma pessoa privilegiada para contribuir com a luta antirracista? (SCHUCMAN, 2017). Quais literaturas têm utilizado para subsidiar a sua prática?

Os desafios estão postos. Como costumo dizer em minhas falas penso que é mais do que necessário estarmos imersos na e pela insatisfação. Afinal se continuarmos na produção de uma Psicologia contribuinte para a exclusão de classes, estaremos novamente repetindo os erros do passado, erros que se orientam pela lógica colonialista e euroamericocêntrica.

Com isto, torna-se mais do que urgente e necessário entendermos não só o contexto em que se encontram estes corpos, mas sobretudo, reconhecer esses

FOTO: RAFAEL FREIRE

corpos como vidas existentes; reconhecer essa realidade que se encontra presente, mas que poucos enxergam. Bem como abordar, visualizar e compreender essa pessoa de forma respeitosa, adotando uma postura curiosa para o que ela tem a nos apresentar e, por fim, sabendo que ela é a especialista de sua existência, ou seja, por mais adoecido, vulnerável e precário que seja este corpo, antes de tudo, é uma vida com potencialidades.

Sendo assim, é preciso desmitificar que o sofrimento é somente da ordem da individualidade, mas o sofrimento também é político, com isto, é urgente entendermos, por exemplo, que não é a cor de pele que me pode fazer sofrer, e sim a dominação e o racismo.

É preciso repensarmos o que estamos chamando de ciência psicológica, e, sobretudo, práticas psicológicas. É necessário ação. Muito já foi feito, mas é necessário que essa insatisfação continue. E, talvez um dos diversos desafios esteja na abertura do olhar da ciência e de grupos que ocupam espaços de poder e decisão no campo de pesquisa para que enxerguem a realidade social, para além do socioeconômico e compreendam o peso da cultural, das dimensões simbólicas, das discriminações, preconceito, da desigualdade de raça, gênero, e de orientação sexual na vida dos sujeitos sociais.

Haja vista que, pensar numa sociedade, bem como em uma Psicologia mais justa, humana e de direitos não é pensar ou buscar aniquilar os iguais em detrimento dos diferentes, nem o contrário. Mas, a questão é pensar como podemos construir e desenvolver uma sociedade diferente, mas que esta diferença não produza mais e mais desigualdades, adoecimento e exclusão.

Portanto, uma das inúmeras questões que a pandemia nos trouxe é a reflexão de que não há possibilidade de vencer as amarras de uma estrutura tão profunda de opressão, como o racismo, sem luta coletiva.

Afinal, talvez a repetição do passado não seja meramente um esquecimento, e sim uma repetição atuada, querida, refeita, reinvestida, e não acidental. Portanto, foi preciso contornar as bordas deste mundo "invisível" para que este pudesse tornar-se minimamente visível.

Visível a uma realidade que está presente desde o surgimento deste País. O que está acontecendo agora é a guerra étnica, a guerra racial ou a guerra das minorias ou a guerra do oprimido. O homem não solucionou vários problemas ainda, mas para solucionar problemas ele precisa matar, como nos alerta Beatriz Nascimento em *Orí de Raquel Gerber*.

Em tempos como estes é necessário e urgente que tenhamos esperança; dar passos adiante, ou, dependendo da circunstância, até mesmo retroceder, para pensarmos, para então nos colocarmos em ação e pontuar e estabelecer novos pactos de sociabilidade, em que todas as pessoas, (todas as pessoas) possam viver com dignidade e terem condições mínimas e necessárias de vida e não apenas de sobrevivência. ●

> "(...) VIOLÊNCIAS QUE JÁ ERAM PRATICADAS CONTRA A POPULAÇÃO NEGRA SE INTENSIFICAM [COM A COVID-19]. RESULTADO DESTA REALIDADE? A NATURALIZAÇÃO E A MANUTENÇÃO DA GESTÃO DA MORTE."

ILUSTRAÇÃO: SHUTTERSTOCK

As práticas psicológicas em políticas de combate à violência contra a mulher

O crescimento exponencial da violência de gênero em todo o mundo é um dos efeitos colaterais mais cruéis da pandemia para as mulheres. Phumzile Mlambo-Ngcuka, diretora executiva da ONU Mulheres e vice-secretária geral das Nações Unidas, afirmou, em 2020, que a violência contra a mulher havia se tornado uma pandemia invisível.

Segundo a Organização, equipes de saúde de diversos países relataram aumento nos pedidos de ajuda e, em algumas localidades do globo, os sistemas de proteção chegaram ao limite. No Brasil, dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostram que somente no primeiro semestre de 2020 foram registrados 648 feminicídios, um aumento de 1,9% em relação ao mesmo período de 2019. Os dados revelam, também, um aumento de 3,9% nas ligações à PM por violência doméstica e uma queda de 9,9% no número de registros de boletins nas delegacias, o que demonstra crescimento da subnotificação.

O confinamento junto a parceiros agressores, o desemprego e a falta de renda são

alguns desafios que permeiam esse cenário e exigem resposta urgente de governos e sociedade. Já a Psicologia tem papel fundamental na rede de proteção às mulheres e está atenta a essa pandemia invisível. Durante o ano de 2020, tanto o Conselho Federal como Conselhos Regionais de Psicologia promoveram iniciativas importantes para fornecer à categoria orientações considerando o contexto pandêmico.

Na gestão pública, por exemplo, os desafios são imensos. Para mostrar um pouco mais sobre a realidade das possibilidades que atuam nesse contexto, a **DIÁLOGOS** conversou com duas psicólogas que trabalham na gestão pública, em diferentes perspectivas de atuação. Na perspectiva da Saúde, a psicóloga Magna Damasceno, de Suzano/São Paulo. Na perspectiva do Judiciário, a psicóloga Vanina Cruz, de Salvador/Bahia.

COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER – um olhar da Psicologia na gestão do Sistema de Saúde

Quando a pandemia foi decretada no Brasil, a psicóloga Magna Damasceno pensou imediatamente no impacto que o isolamento teria na vida das mulheres que convivem com homens agressores. Coordenadora da Rede de Atenção às Pessoas em Situação de Violência Doméstica e Sexual da Secretaria Municipal de Suzano (SP), Magna explicou que uma das primeiras providências foi reunir os gerentes das unidades básicas de saúde com objetivo de impedir que o atendimento às vítimas fosse interrompido.

> “A PAUTA NÃO PODERIA SER ENGOLIDA POR CONTA DA PANDEMIA. OS BOLETINS DE OCORRÊNCIA ESTAVAM DIMINUINDO, MAS A QUANTIDADE DE MULHERES AGREDIDAS QUE CHEGAVAM ÀS UNIDADES DE SAÚDE ESTAVA AUMENTANDO.”

“A pauta não poderia ser engolida por conta da pandemia. Os boletins de ocorrência estavam diminuindo, mas a quantidade de mulheres agredidas que chegavam às unidades de saúde estava aumentando. E é histórico. As mulheres procuram a saúde porque são espaços mais “inofensivos para os agressores”, explica.

A partir daquele momento, as unidades foram orientadas a intensificarem os filtros para identificar os casos de violência contra a mulher. A depender da situação, elas são encaminhadas para a rede de acolhimento. Em Suzano, contudo, há um diferencial que contribuiu positivamente no cenário da pandemia: a gestão municipal já vinha de um período de aperfeiçoamento na política de acolhimento às vítimas de violência.

MAGNA DAMASCENO

Mestre em Psicologia Social pela PUC SP, especialista em Gestão pública pela FESPSSP, em Impactos da Violência na Saúde pela (ENSP/FIOCRUZ) e em Gestão da Clínica nas Regiões de Saúde, pelo Instituto Sírio-Libanês, é coordenadora da Rede de Atenção às Pessoas em Situação de Violência Doméstica e Sexual de Suzano (SP). Ganhadora do prêmio Viva promovido na parceria entre o Instituto Avon e a Revista Marie Claire.

Esse aperfeiçoamento tem a ver, diretamente, com um projeto que Magna idealizou ao longo dos últimos anos e conseguiu realizar em 2019, ao ser uma das selecionadas no edital do programa de Aceleração de Lideranças Femininas Negras – Marielle Franco, do Fundo Baobá. Trata-se de um instrumento chamado Monitoramento do Cuidado, um método de acompanhamento detalhado da situação das mulheres vítimas de violência após o atendimento de emergência.

Na prática, esse monitoramento envolve toda a rede de Saúde e gera uma grande planilha onde são registradas informações como interseccionalidades, tipos de violência e serviços já prestados de maneira que seja possível classificar os níveis de urgência de intervenção nas realidades das mulheres. Com isso, é possível fazer busca ativa e compreender como estão suas vidas pós-atendimento e quais são suas demandas mais urgentes. “Muitas delas continuam posteriormente em contato conosco. Muitas vezes apenas desejam ter espaços para falar sobre essas violências sofridas”, explica Magna.

“Eu vinha lapidando a ideia há uns 6 anos, mas só em 2019 consegui realizar, e foi muito interessante porque faz com que a gente pense no quão é importante, desse lugar da Psicologia e da gestão, lançar mão de saberes e práticas para não esquecer que a política pública deve ser feita para as pessoas, entregando a elas o acesso de que precisam e não somente o que eu, como psicóloga, acredito que seja o melhor para ela”, finaliza.

FOTO: IRINEU JÚNIOR; ILUSTRAÇÃO: SHUTTERSTOCK

COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER – um olhar da Psicologia na gestão do Sistema de Justiça

A pandemia trouxe novas práticas e desafios para o trabalho da psicóloga e mestre em Estudos de Gênero, Mulheres e Feminismos da UFBA, Vanina Cruz, que há 5 anos atua no Núcleo de Defesa da Mulher (Nudem), inserido na coordenação especializada de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado da Bahia.

Para enfrentar o risco da subnotificação, a Defensoria ampliou os canais de atendimento durante a pandemia. A maior novidade foi passar a receber as mulheres de maneira exclusivamente *on-line* via chat bot no Messenger do Facebook. O atendimento psicossocial é realizado, em média, 4 a 5 vezes por dia durante a pandemia. Segundo dados de janeiro, das cerca de 1.720 mulheres baianas que buscaram ajuda da Defensoria em 2020, um total de 1.040 foram assistidas *on-line*.

Um grande desafio, que permaneceu durante a pandemia, foi articular os agentes da rede de justiça para que o atendimento fosse mais ágil, empático e eficaz. Como houve um atraso das delegacias em implantar sistemas digitais para recebimento das queixas, o registro de boletins de ocorrência tornou-se tarefa mais difícil para as mulheres, que nem sempre conseguem formalizar denúncias. A consequência disso é que alguns juízes ainda resistem em conceder medidas protetivas sem que se tenha em mãos os registros.

> “A GENTE PERCEBE QUE A VIOLÊNCIA EXIGE UMA MULTIPLICIDADE DE AÇÕES, NÃO É SÓ A MEDIDA PROTETIVA. VEMOS QUE É NECESSÁRIA UMA REDE DE APOIO, E NESSE SENTIDO AINDA TEMOS UM GRANDE DESAFIO, QUE É A CONSCIENTIZAÇÃO DOS AGENTES, DESDE A DELEGACIA ATÉ OS TRIBUNAIS.”

Nesse cenário, a atuação da Defensoria em defesa das mulheres tem-se mostrado ainda mais fundamental. Um dos trabalhos que Vanina já executava antes da pandemia é a elaboração de relatórios psicossociais com base na escuta atenta das mulheres. Esse documento já era usado junto aos juízes em casos em que não havia registros de boletins.

“Quando veio a pandemia, a Defensoria trabalhou para consolidar esses relatórios, que ajudam muito nas situações em que as mulheres não possuem os registros”, explica. Segundo Vanina, a Defensoria tem alcançado resultados positivos. “Não significa dizer que todos os juízes acolhem e tenham esse olhar sobre as mulheres para conceder as medidas protetivas. Sempre tem um caso ou outro que não temos êxito, mas em geral temos conseguido”, relata.

VANINA CRUZ

Mestre em Estudos interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo (PPGNEIM/UFBA), especialista em Educação em Direitos Humanos (UFBA), atua como psicóloga na Defensoria Pública do Estado da Bahia e é conselheira no Conselho Regional de Psicologia da Bahia CRP03.

Vanina conta, também, que a Defensoria continua incentivando que as mulheres busquem registrar boletins sempre que possível. "Mesmo com essas falhas na consolidação das delegacias digitais, incentivamos que elas façam, porque isso potencializa os pedidos de medidas protetivas", explica Vanina.

A conscientização da rede de Justiça, contudo, talvez seja o grande desafio na luta pelo enfrentamento à violência contra as mulheres. Nesse sentido, outra ação positiva durante a pandemia foi a capacitação dada por Vanina para juízes e desembargadores sobre questões de gênero, a convite do Conselho Regional de Psicologia. "Foi muito importante, porque proporcionou um espaço de debate com esses agentes que tanto precisam se abrir para os mecanismos das violências", conta Vanina. ●

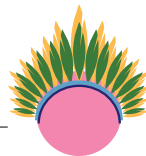
FOTO: ARQUIVO PESSOAL; ILUSTRAÇÃO: SHUTTERSTOCK

Povos Indígenas em Mato Grosso e o enfrentamento à COVID-19 nos territórios, uma visão psicossocial

Meu nome é Soilo Urupe Chue, pertenço ao povo Chiquitano Terra e aldeia indígena Vila Nova Barbecho, município de Porto Esperidião, Mato Grosso, Brasil. Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso. Conselheiro deliberativo e assessor da Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Estado de Mato Grosso – FEPOIMT. Membro do corpo de pesquisadores e pesquisadoras da UFMT do Laboratório de Tecnologia, Ciência e Criação –LABTECC, grupo de pesquisa vinculado ao programa de pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea – ECCO. Laboratório este que é o único no Centro-Oeste, no Departamento de Psicologia da UFMT, coordenado pela professora Doutora Dolores Galindo.

O cenário atual e a atuação que fizemos enquanto indígena e membro da Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso – FEPOIMT, diante desse contexto da pandemia do coronavírus no Estado de Mato. Desde março tem dedicado e mudado o foco ajustando os projetos, porque vimos a necessidade e situação complexa para ser trabalhada diante da pandemia que chegou. Primeiro, pela conjuntura nacional que não nos favorece e só viola direitos já garantidos. Segundo, pelas burocracias existentes. Então, de início, o que nós pensamos foi a garantia dos nossos direitos, para que essa organização social, nossa, dos povos indígenas, fizesse ações de enfrentamento à pandemia e contemplasse os 43 povos indígenas, as sete regionais, respeitando suas especificidades. O desafio foi maior. À medida que as regionais, Cerrado-Pantanal, Kayapó-Norte, Médio-Araguaia, Noroeste, Xavante, Vale do Guaporé e Xingu, com seus mais de 50.000 indígenas, foram sendo afetadas, as demandas aumentaram.

VISANDO CONTEMPLAR TODOS OS POVOS, PENSAMOS EM AÇÕES MACROS. MAS QUALQUER AÇÃO NOS TERRITÓRIOS EXIGE ARTICULAÇÕES ESTRATÉGICAS POLÍTICAS INTERNA E EXTERNA, ROMPER BUROCRACIAS E CUSTOS FINANCEIROS.

Visando contemplar todos os povos, pensamos em ações macros. Mas qualquer ação nos territórios exige articulações estratégicas políticas interna e externa, romper burocracias e custos financeiros. Para isso, exigiu conversas com os governos federal, estadual, municipal e

defensores dos direitos indígenas, assim como com os caciques e lideranças. No governo estadual, não avançou. Então, a nossa preocupação foi grande com relação a essa dificuldade, porque nós queremos fazer ações concretas na base. No primeiro momento da pandemia, procuramos os Distritos Sanitários Especiais Indígenas – DSEIs e a Fundação Nacional do Índio – FUNAI. Procuramos, para ver o que eles estavam planejando para prevenção da COVID-19 nos territórios indígenas. Haja vista que já houve outras epidemias que vieram, como varíola, sarampo, entre outras. Essas epidemias dizimaram alguns povos. Trabalhamos na medida do possível, mas essas dificuldades, por parte dos órgãos do governo, também ficaram muito a desejar. Nos esforçamos ao máximo para que não chegasse aos territórios essa pandemia, porque sabíamos da calamidade que seria quando chegasse dentro de um povo ou dentro de um território ou aldeia. Sendo assim, iniciamos com campanhas de orientação e arrecadação, prevenção contra o coronavírus, participando nos grupos de trabalhos nas várias parcerias, mas também com os DSEIs, que continuaram com as equipes nos polos-base. Passamos a trabalhar em várias frentes e a participar tanto nos enfrentamentos da COVID-19 como também em defesa contra os ataques nos direitos já garantidos.

Atualmente, a situação é triste, pois perdemos muitos parentes de povos diferentes. Estamos na luta para combater essa pandemia. Sabemos que todos os povos indígenas são do grupo de risco e que temos o sistema imunológico mais baixo, contraindo esse vírus com mais facilidade e ficando rapidamente debilitados. Mas mesmo com muitos trabalhos e cuidados, o coronavírus entrou nos territórios e afetou as sete Regionais indígenas de MT, causando muita dor e sofrimento. Aumentou bruscamente o número de infectados e de óbitos nos povos indígenas. Muitos que saíram para serem hospitalizados voltaram no caixão. Isso deixou os povos em pânico, e a maioria não quis mais ir para ser hospitalizado, dando a falsa impressão que diminuiu a mortalidade de indígenas. Nos povos indígenas de Mato Grosso, até 11 de fevereiro, já tinham sido 4.544 casos confirmados, 224 suspeitos e 152 mortes, sendo 18 os povos atingidos (fonte: COIAB e APIB, FEPOIMT). E para completar, os incêndios também estão prejudicando muito os povos indígenas de MT. Diante de tais situações, teve muitas alterações bruscas em nosso psicológico e espiritual devido a essa pandemia. Uma delas é que não pudemos fazer nosso luto de acordo com a tradição indígena de cada povo. Nem fazer os rituais fúnebres, precisando de atendimento para podermos superar e não tendo onde recorrer. O LABTECC, em parceria com o Conselho Regional de Psicologia (CRP18), criou um Grupo de Trabalho para fazer supervisão aos profissionais que atuam junto aos povos indígenas com orientações para a categoria para o atendimento emergencial. E para tais ações foi de grande relevância a liberação de recursos por parte do CRP18-MT, sendo que é importante liberar ainda mais. Porque para executar haverá muitos gastos, uma vez que nós, povos indígenas, precisamos urgente, e as referências nacionais ainda não dão conta de alcançar tais demandas. Os grupos, comitês e conselhos de Psicologia têm muito a contribuir nestes momentos de crises e pandemia para os povos indígenas. ●

SOILO URUPE CHUE (CHIQUITANO)

Indígena Chiquitano, bacharel em Psicologia pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Conselheiro Deliberativo e Assessor da Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Mato Grosso (FEPOIMT) e membro do GT "Psicologia e Povos Indígenas" do Conselho Regional de Psicologia de Mato Grosso (CRP-18).

FOTO: DIVULGAÇÃO

Quando quem sente na pele fala

Usuários do sistema psicossocial relatam dificuldades enfrentadas durante a pandemia

Fernanda é assistente social, presidente da Associação Gaúcha de Distrofia Muscular e trabalha na Rumo Norte, entidade filantrópica mantida pela Congregação das Irmãs Escolares de Nossa Senhora, cuja atuação é servir como um centro de qualificação, capacitação e inserção das pessoas com deficiência na sociedade. Fernanda conta que está em home office desde o início da pandemia, quando o estado do Rio Grande do Sul decretou isolamento. Para ela, o momento mais angustiante foi o início da pandemia.

"Aquela situação do começo, para mim, foi a mais impactante, a que mais me afligiu. O que mais me pesava era a questão do trabalho, porque o trabalho tem um significado muito importante na minha vida. Além do trabalho em si, tem a questão financeira obviamente, porque a gente precisa se manter e a gente ficou à mercê, não sabia o que ia acontecer nem só por conta da pandemia, mas também por questão dos contratantes."

FERNANDA VICARI

é assistente social, atualmente trabalha no Projeto Rumo Norte que realiza acompanhamento, encaminhamentos e orientações para os beneficiários com deficiência e suas famílias, além de ser ativista pelos Direitos das Mulheres com Deficiência e membra fundadora do Coletivo Feminista Helen Keller de Mulheres com Deficiência.

"A gente viu muitas organizações fecharem as portas por não poderem atender e pelo fato de que muitas trabalham por meio de convênios celebrados com prefeituras no Estado e no momento que não tem atendimento, não tem repasse de recursos. Colocando entre aspas, nossa situação é até mais confortável, porque tivemos uma lei que também proibiu a demissão sem justa causa de pessoas com deficiência de seus postos de trabalho". Fernanda se refere à Lei nº 14.020, que nasceu após a Medida Provisória nº 936, que criou o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda por conta da pandemia.

"Mas a gente sabe que não é só alegria, porque a gente também precisou se valer de ações jurídicas e bem pontuais para conseguir se manter, porque numa situação como essa, de caos, quem mais sofre são as minorias, não é?", enfatiza Fernanda. Na instituição onde trabalha Fernanda, há um psicólogo que tem feito atendimentos remotos conforme demanda dos beneficiários. A depender, são encaminhados para a Rede (CRAS) conforme a necessidade. "O que mais temos visto é que a rede está sucateada, sem estrutura, e isso acarreta ainda mais precarização de acesso para as pessoas com deficiência", complementa.

Uma questão que preocupa Fernanda é a vacinação, já que o Ministério da Saúde não classifica nenhuma deficiência dentro do grupo prioritário. "A gente entende que o grupo de pessoas com deficiência seria, sim, um grupo prioritário para a vacinação. Se você pensar nas pessoas com deficiência visual, que usam a mão para tudo, ou os cadeirantes e seus cuidadores, enfim, passaria horas falando as razões óbvias que justificariam isso. Eu, por exemplo, teoricamente não faço parte do grupo de risco, mas a minha deficiência, que é distrofia muscular que acomete, inclusive, o pulmão, seria prioridade máxima", complementa.

FOTOS: ARQUIVO PESSOAL E SHUTTERSTOCK

Saúde mental da população de rua em tempos de pandemia

Interrupção de atendimentos nos Centros de Assistência Psicossocial (CAPs), em Fortaleza, mostra a importância da Política Nacional de Saúde Mental

Em Fortaleza, a assistência psicossocial a moradoras e moradores em situação de rua está amplamente prejudicada, é o que conta Antônio Arlindo Ferreira, articulador do Movimento Nacional de População de Rua, no Ceará, e

membro no Comitê Municipal de Políticas Públicas para a População em Situação de Rua. Por conta do *lockdown*, alguns serviços foram interrompidos, como é o caso dos atendimentos em grupo.

"Por causa das normas sanitárias, os atendimentos em grupo nos Caps foram interrompidos. Então, muitos moradores de rua usavam o atendimento psicológico dos Caps principalmente no tratamento contra as drogas, e com essa interrupção muita gente voltou a se drogar, e alguns estão até internados", conta Arlindo. O relato de Arlindo demonstra o quanto a Política Nacional de Saúde Mental, que tem sofrido sistemático desmonte, é um importante instrumento para garantir dignidade não só a moradoras e moradores em situação de rua, como também à população geral que usa esses equipamentos.

"Ainda mais nesse momento onde a pressão pela sobrevivência está ainda mais difícil, né? A gente sabe que não basta ter a alimentação, é preciso garantir outras necessidades que sozinhos muitos não conseguem. O alento psicológico e espiritual é uma dessas necessidades". Arlindo relata, também, que esta população tem sido atendida por um grupo de médicos populares e que essas equipes contam com psicólogas, mas insuficientes para a demanda. "A gente vê o esforço da iniciativa, mas a demanda está muito alta, porque o sofrimento mental aumentou nessas pessoas".

"O poder público, estado e município, diz que está trabalhando, mas a gente sente uma desarticulação. Há muita assistência social, trabalho de caridade, que no momento a gente tem precisado muito e tem ajudado, mas sabemos que isso não é suficiente. Sem políticas públicas, é muito fácil voltar para a rua", desabafa. ●

ANTÔNIO ARLINDO FERREIRA

é articulador do Movimento Nacional de População de Rua, no Ceará, e membro no Comitê Municipal de Políticas Públicas para a População em Situação de Rua.

FOTOS: ARQUIVO PESSOAL E BANCO DE IMAGENS MOVIMENTO COMUNICAÇÃO

Psicologia Hospitalar, uma paixão a serviço da linha de frente no combate à COVID-19

As psicólogas que atuam na linha de frente têm sido fundamentais no enfrentamento ao vírus que tem desafiado o mundo pós-moderno. Elas cuidam do quadro emocional e mental das equipes, pacientes e famílias diante de um cotidiano complexo de internações, falecimentos e processos de recuperação. Na rotina, precisam lidar com o inesperado, com o medo, com a pressão e com o cansaço extremo. E, claro, também precisam ser cuidadas, afinal, estão na linha de frente.

Na busca de uma profissional atuante na área que pudesse nos ajudar a entender um pouco todo esse cenário, encontramos Layla Gomes, uma psicóloga mineira apaixonada pelo que faz. O mais interessante é que, apesar de não atuar na linha de frente, ela encontrou um jeito de ajudar quem está.

Mas essa história não poderia começar sem contar um pouco da nossa personagem. Layla costuma dizer que teve um encontro com a Psicologia Hospitalar. Foi no 7º semestre da graduação. "Falo que é ame ou odeie. Comigo foi um encontro quando entendi um pouco o que se fazia ali. Tem pessoas que não suportam esse cenário porque ele quase sempre tem a ver com o sofrimento e muitas vezes com a questão da morte, com a questão da terminalidade da vida. Mas, quem se identifica vai trabalhar para realizar o que é possível fazer nessas condições. São situações que dão notícias do real, algo que apresenta os limites da existência, mas a gente descobre que há muito o que se fazer nesse momento. Então, desde a graduação eu tenho um encantamento pela área", relata.

A paixão que Layla transmite ao

falar da profissão se reflete na trajetória que tem percorrido. Após a graduação, tornou-se servidora da Universidade Federal de Uberlândia, dando continuidade no hospital universitário, na unidade de terapia intensiva. Seis anos depois, saiu do hospital e passou a atuar na Clínica Escola do Instituto de Psicologia, onde coordenou um projeto de extensão de acolhimento a enlutados. Nesse tempo, fez um mestrado investigando a questão do trauma e, em 2019, pediu afastamento para ingressar em um doutorado no Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). Seu objetivo é aprofundar ainda mais os estudos sobre psicanálise nas emergências.

Quando a pandemia começou, Layla já estava há 1 ano em São Paulo. Logo nas primeiras semanas passou a ser procurada por alguns colegas mineiros preocupados com a emergência sanitária que se instalaria no país. "Não tínhamos ideia do que iríamos encontrar, mas sabíamos que seria algo grande. Então, as colegas tinham essa preocupação sobre o que iria ocorrer dentro da realidade do hospital", relembra.

A primeira iniciativa de Layla foi organizar uma videoconferência aberta, mas ainda com poucos profissionais, como um espaço para trocas. Essa reunião fez brotar a ideia de um projeto que fosse vinculado ao seu doutorado para acompanhar, desde o início, as psicólogas que estariam na linha de frente no combate à pandemia. O projeto, batizado com o nome Achar Palavra, foi abraçado pela professora Maria Lívia Tourinho, coordenadora do Laboratório de Pesquisas "Psicanálise, Saúde e Instituição" do Departamento de Psicologia da USP, e demais colegas do laboratório. Dali em diante, uma ideia que nasceu despretensiosa foi ganhando novas adesões e apoios, como da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar (SBPH) e a participação da psicóloga e especialista em Gestão Integral de Riscos e Desastres, Débora Noal. Em paralelo, conta Layla, elas desenvolveram um perfil no Instagram para divulgar materiais e fazer um trabalho de acolhimento tentando conectar as pessoas que estavam procurando suporte e os serviços que estavam dando esse suporte.

A parceria com a SBPH fez o alcance do projeto explodir. Já são 1.729 psicólogas inscritas. As reuniões acontecem às terças-feiras, sempre das 20h às 21h. Em 2020, foram 43 reuniões, de março até dezembro. Após recesso, o projeto retornou em março. Para participar, as profissionais preenchem um formulário simples e respondem a algumas perguntas. A única exigência para participar é que a profissional atue no campo da Psicologia Hospitalar. Além das reuniões,

FOTO: SHUTTERSTOCK

LAYLA GOMES

Mestre pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e doutoranda pela Universidade de São Paulo (USP), atuou como psicóloga Clínica/Hospitalar no Setor UTI-Adulto do Hospital de Clínicas da UFU e no Hospital Escola da Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

o projeto conta com grupos de WhatsApp para promover a troca entre as profissionais, o que proporcionou uma construção coletiva muito positiva dentro do projeto.

A configuração dos encontros foi mudando ao longo dos meses, de acordo com a demanda das profissionais. No começo, havia maior necessidade por aulas de aperfeiçoamento e atualização, que eram ministradas por referências da área, mas com o tempo o espaço destinado para escuta precisou ser ampliado. “Fomos notando uma vontade maior da parte deles em falar”, conta Layla.

Algumas situações marcaram o Achar Palavra. O espírito colaborativo foi uma delas. No começo, perceberam uma angústia muito presente. Com isso, também observaram que o WhatsApp funcionou muito bem para trocas a respeito do que estava acontecendo com cada um. Por exemplo, discussões acerca de como as direções dos hospitais estavam aceitando as visitas virtuais e organizando os protocolos, se as colegas estavam participando ou não do momento de reconhecer os corpos, quais os cuidados que as unidades tinham nesse ponto, entre outros temas.

“O acolhimento entre as psicólogas foi algo muito marcante no grupo. Se antes existia a presença de familiares e suporte em situações extremas, como falecimentos e, com isso, momentos de despedida, com a COVID-19 isso mudou radicalmente. Hoje, todo mundo já está um pouco mais acostumado com as visitas virtuais, mas no começo foi muito difícil para todos os envolvidos”, explica Layla.

A restrição às visitas também impactou pacientes que não estavam internados por conta da COVID-19. Layla contou que uma das situações que a marcaram foi ouvir sobre os nascimentos. “A experiência do nascimento também foi afetada. Antes tínhamos a família para acompanhar a chegada desses bebês, ajudar a cuidar, e agora passamos a ver gestantes e puérperas muito sozinhas nesse momento”. Outra situação comum foi nos casos de mães infectadas com COVID-19 que foram separadas dos bebês. Em todas essas situações, o acompanhamento psicológico possibilitou formas singulares de enfrentamento.

Ao falar sobre o quadro de exaustão que as profissionais apresentaram no fim de 2020, Layla também comentou sobre o grande calcanhar de aquiles da área: a desvalorização.

“Agora, com a vacina chegando, por exemplo, aparece a dificuldade de algumas instituições em reconhecer as profissionais como peças fundamentais nas equipes, algumas desesperanças, cenários de desvalorização, sobrecarga de trabalho e baixa remuneração. Ainda há um certo desamparo em relação às condições de trabalho e gestão”. Outra questão histórica na área é a luta para que haja acolhimento psicológico às equipes hospitalares, incluindo as profissionais psicólogas que fazem parte das equipes.

“Dentro da Psicologia Hospitalar isso ainda é um desafio, principalmente em hospitais menores. Ou seja, não têm equipes que cuidam das equipes, incluindo as psicólogas. A psicóloga hospitalar tem uma função clínica ligada ao paciente e à família. Ou seja, ela atua nessas relações entre equipes, pacientes e famílias, acompanhando as notícias. Não é o ideal que ela atenda os colegas, porque ela já está sobrecarregada e principalmente porque ela faz parte da equipe, ela está ali vivenciando o mesmo

FOTO: ARQUIVO PESSOAL

contexto. Como ter uma posição neutra se ela mesma está atravessada nessas relações?", questiona.

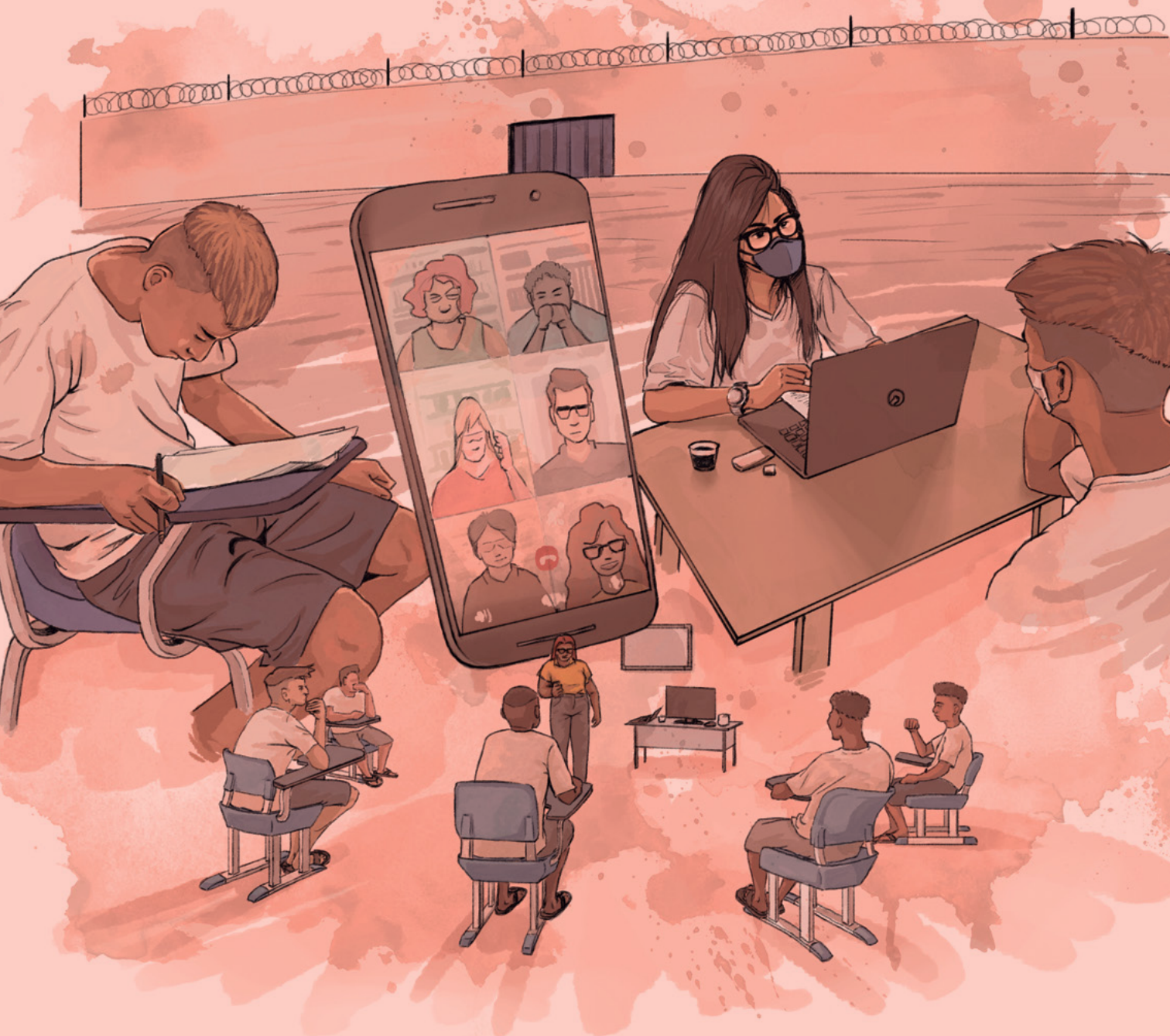
O projeto Achar Palavra tem cumprido algumas funções importantes. Uma delas é científica, visto que há uma imensa troca de saberes entre pesquisadores e profissionais que geram novos conhecimentos. A segunda é clínica, oferecendo escuta às profissionais que atuam nas equipes, possibilitando a representação da experiência. Outra função, ainda, é restabelecer o empoderamento profissional diante de uma situação tão adversa. "No fundo, muitos se esqueceram do que sabiam, e uma das funções do Projeto foi apenas lembrá-los sobre o que eles já sabiam, ajudá-los a resgatar a capacidade de usar as ferramentas que eles já tinham", explica Layla.

O interesse das profissionais pelo Projeto, mesmo com todo o cansaço causado pelo excesso de reuniões virtuais e pela própria pandemia, surpreendeu a psicóloga. Em média, os encontros contam com a participação de 100 pessoas, o que demonstra uma boa adesão, mesmo em um cenário complexo. "Eu me surpreendia com a frequência e entendi que realmente as pessoas viam no Projeto um lugar de acolhimento", conta Layla.

A ideia é que o Projeto continue mesmo após a pandemia. Para 2021, a intenção é continuar a oferecer suporte, mas também colher histórias e produzir materiais. "Eu me sinto muito feliz. Nunca imaginei que o Projeto fosse alcançar esse tamanho, mas também acredito que não foi à toa. Tem a ver com a minha história, com as minhas escolhas. Eu brinco que teve uma pandemia no meio da minha tese, que trata sobre a questão da emergência. Então, não tinha como recuar de atuar em uma situação como essa", afirma.

Sobre a própria carreira, Layla afirma que se sente ainda um pouco dividida entre a psicologia hospitalar, a clínica e a carreira acadêmica. "Invisto muito na carreira acadêmica e amo a atuação prática, então creio que sempre estarei transitando entre esses dois espaços".

Por fim, deixa um recado às profissionais e estudantes que sentem curiosidade sobre a área. "Acredito que o mais importante é ver se realmente o olho brilha. Estar à beira do leito, com paciente e família, ver como se sente nesse cenário e, também, procurar pessoas inspiradoras na área e acompanhar um pouco a produção científica, porque há um vasto material disponível", finaliza. ●

> "O ACOLHIMENTO ENTRE AS PSICÓLOGAS FOI ALGO MUITO MARCANTE NO GRUPO. SE ANTES EXISTIA A PRESENÇA DE FAMILIARES E SUPORTE EM SITUAÇÕES EXTREMAS, COM A COVID-19 ISSO MUDOU RADICALMENTE. HOJE, TODO MUNDO JÁ ESTÁ UM POUCO MAIS ACOSTUMADO COM AS VISITAS VIRTUAIS, MAS NO COMEÇO FOI MUITO DIFÍCIL"

Impactos da pandemia no sistema socioeducativo

Segundo dados do Conselho Nacional do Ministério Público, 18 mil adolescentes se encontram em privação de liberdade por tempo indeterminado no Brasil. Considerada população vulnerável, as ações neste campo requerem olhar e ação interdisciplinar de acordo com o estabelecido no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

De acordo com a psicóloga e docente universitária Silvia Vale, que é membro da equipe técnica de assistência ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa na Fundação da Criança e do Adolescente (FUNAC) do Maranhão, o primeiro impacto causado pela chegada do novo coronavírus foi a necessidade de adequar rotinas de maneira que o atendimento interdisciplinar não fosse tão prejudicado.

→

Isso porque a gestão do sistema socioeducativo prevê um conjunto de saberes para tornar possível o desenvolvimento dos adolescentes de acordo com o que estabelece o SINASE. "Então, tivemos redução não só dos monitores como de profissionais da Psicologia, do Serviço Social, do Direito, da Pedagogia, da Enfermagem. E, em nossa realidade, temos também terapeutas ocupacionais", conta.

"Nessa redução, foi necessário rever o planejamento e, diante da circunstância, fazer adaptações e propor um novo planejamento da rotina pedagógica. Com o tempo, a situação se 'normalizou' (entre muitas aspas) e encontramos formas para que os serviços continuassem, ainda que de maneira reduzida", relata Silvia.

No começo da pandemia, outro fator impactante foi a suspensão das visitas, que é uma das ações importantes no eixo de convivência comunitária e familiar no desenvolvimento da política. No caso maranhense, como grande parte dos internos é do interior, a FUNAC passou um tempo significativo com as visitas suspensas. "Nós tentamos viabilizar ao máximo a vinda das famílias, mas também tivemos que adotar chamadas de vídeo como tentativa de reduzir essa falta, até porque as famílias têm poucas condições financeiras para virem até a ilha em transportes particulares e os transportes públicos foram suspensos", explica Silvia.

Silvia conta, também, que o tipo de relação construída entre equipes e famílias ajudou a deixar o processo menos traumatizante também para as famílias. "As equipes são referências não só para os adolescentes, mas também para as famílias. Fazemos questão de sempre manter contato direto com elas, inclusive pelo WhatsApp, como forma de deixá-los seguros", conta.

Segundo Silvia, no começo foi difícil para os adolescentes compreenderem a situação. Para minimizar os impactos e conscientizar sobre a pandemia, as equipes técnicas organizaram atividades informativas em grupo, atendimentos individuais e pediram que os adolescentes levantassem sugestões sobre como resolver os novos desafios. Com o tempo, as visitas foram retomadas, mas com redução do número de famílias por vez, o que também gerava frustrações.

Nesse sentido, a história de vida do adolescente em conflito com a lei o coloca em posição de questionamento e dificuldade em aceitar "nãos". Logo, as equipes também souberam aproveitar a circunstância para agregar positivamente ao método pedagógico que já acontece na unidade, que é o de trabalhar limites e fazê-los aceitar que nem sempre as vontades imediatas serão atendidas.

Outra adaptação que precisou ser feita foi no eixo da escolarização. Como as aulas foram suspensas, os funcionários precisaram assumir o papel de monitores escolares. "Com a ajuda das pedagogas que temos, conseguimos montar um esquema para que a equipe técnica assumisse os conteúdos", relata.

Diante de um contexto muito difícil, Silvia avalia que a equipe conseguiu obter resultados bem positivos. "Ao relatar, parece que foi fácil, mas não foi. Mesmo assim, considero um sucesso diante do cenário que se apresentou para nós", finaliza. ●

SILVIA VALE

Mestre e especialista em Saúde Pública pela Universidad Americana, doutoranda em Psicologia Social pela Universidad John F. Kennedy, especialista em Gestão de Serviços de Saúde pela Universidade Federal do Maranhão (MA), docente no Centro Universitário UNDB e psicóloga membro da equipe técnica de assistência ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa na Fundação da Criança e do Adolescente (Funac).

> **"(...) foi necessário rever o planejamento e, diante da circunstância, fazer adaptações e propor um novo planejamento da rotina pedagógica."**

FOTO: ARQUIVO PESSOAL; ILUSTRAÇÃO: RODRIGO MICONI

Quilombolas: Nós por nós mesmos!

Comunidades quilombolas do Pará se uniram para preencher vácuo deixado pelo Estado e adequar os cuidados sanitários da pandemia à realidade do Território

A pandemia causada pelo coronavírus amplificou as desigualdades e violações de direitos que quilombolas sofrem historicamente há dezenas de anos, denuncia a psicóloga Samilly Valadares. Graduada pela Universidade Federal do Pará/ UFPA, ela faz questão de demarcar a vivência que inspirou sua formação profissional: “Sou quilombola porque é o que mobiliza todas as minhas práticas, e

venho construindo uma psicologia que dialogue e que tenha atuação contextualizada nesses espaços, aqui no norte do país".

Samilly também é educadora social, embaixadora da juventude pela ONUDC/ONU Brasil e coordenadora do Projeto Perpetuar, que tem o objetivo de buscar o fortalecimento das identidades, reconhecimentos e ancestralidades das comunidades quilombolas em que atua.

O Território de Jambuaçu, em Moju, no Pará, é composto por 15 comunidades quilombolas. Samilly disse à **DIÁLOGOS** que as cerca de 120 famílias que formam o quilombo contam com organização própria e a pandemia somente ampliou as dificuldades e falta de sintonia das políticas públicas com a realidade local. "Saúde quilombola é saúde no território. Se não for assim, não é eficaz", salienta a psicóloga. "Diante da ausência total do Estado no Território, tivemos de nos organizar para preencher esse vazio", destacou a psicóloga.

"Percebemos que não estava tendo nenhuma medida por parte do poder público municipal ou estadual para nossa realidade. Desde o início da pandemia, não houve nenhuma contabilização dos casos de COVID-19 nas comunidades, a não ser através das nossas próprias organizações nacionais e regionais. Não fomos vistos. Nossas vidas não foram consideradas nesta pandemia."

Foi quando a juventude organizada em busca do bem viver quilombola, que está à frente do Projeto Perpetuar, lançou a campanha Proteja o Quilombo da COVID-19. Samilly disse que para arrecadar os recursos, se inscreveram em editais abertos, além de recorrer ao apoio de grupos acadêmicos da UFPA. "A partir disso nos organizamos com as famílias das comunidades e montamos um material informativo e contextualizado, porque os materiais de fora continham a realidade das cidades, sem pensar a comunidade rural".

Ela explicou que também foi pensado um material exclusivo para crianças, "contando a história do coronavírus, como chegou ao Brasil até os territórios, com livros de colorir e algumas atividades, já que as aulas pararam e algumas tarefas escolares teriam de ser feitas". Também foram distribuídos kits de higiene de cuidado e prevenção com máscaras, álcool em gel e sabão, além de cestas básicas.

"Também disponibilizei atendimento psicológico gratuito que inicialmente eu estava à frente, mas tive de deixar porque sou parente lá, e passei para uma colega. Conseguimos, ainda, uma parceria com o projeto da UFPA que faz atendimento para quilombolas e indígenas."

Samilly disse, ainda, que foi necessário realizar campanha de combate à violência contra a mulher, "porque esses índices se evidenciaram mais no período da pandemia, e na nossa comunidade não foi diferente", lamentou. ●

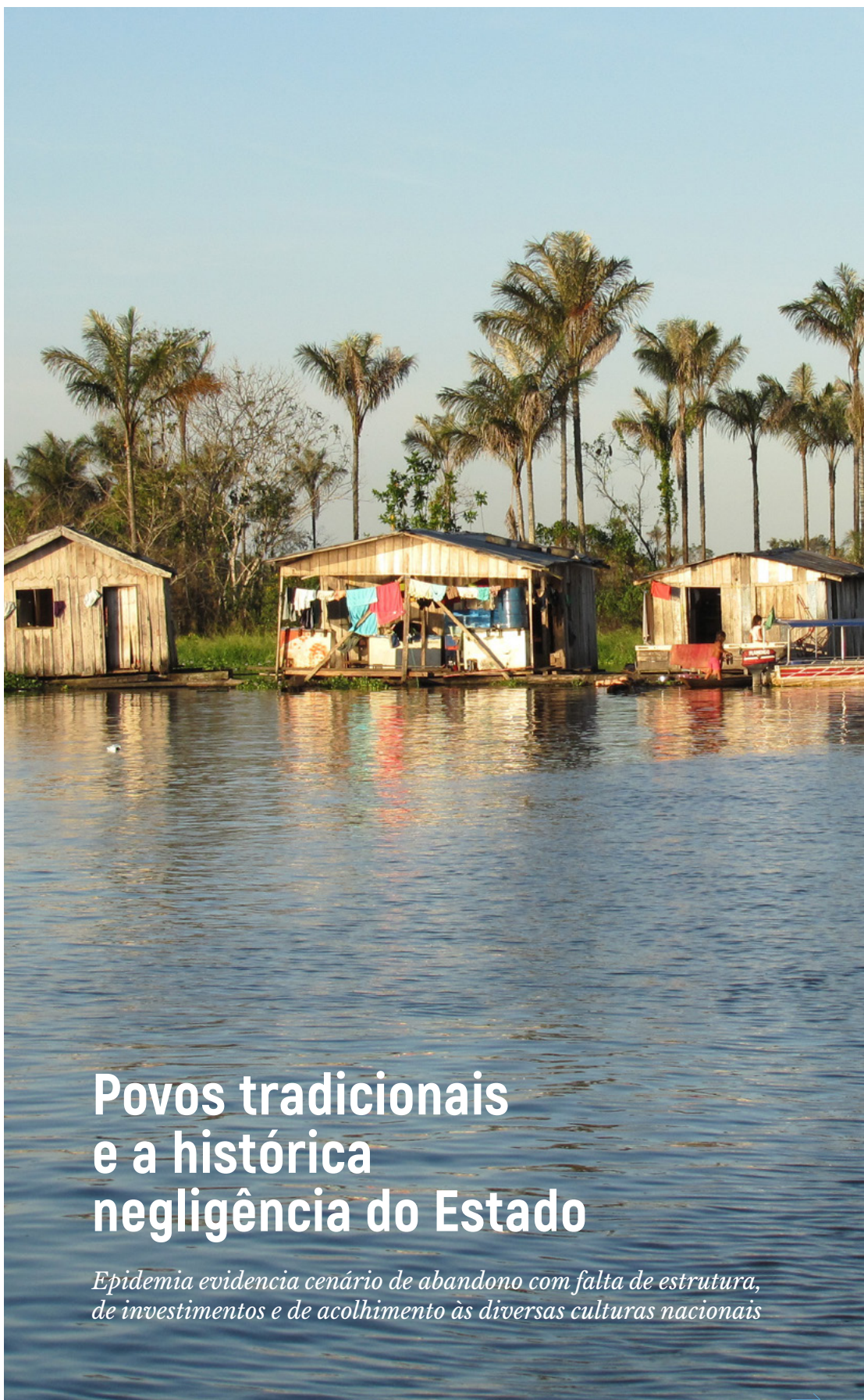
> "O combate de enfrentamento ao coronavírus tem de ser nesse contexto específico, considerando todos esses marcadores sociais."

SAMILLY VALADARES

Psicóloga formada pela Universidade Federal do Pará/UFPA, quilombola amazônica, ARTivista, educadora social, coordenadora do Projeto Perpetuar e Embaixadora da Juventude UNODC/ONU Brasil.

FOTOS: ARQUIVO PESSOAL E SHUTTERSTOCK

JEFFERSON OLIVATTO DA SILVA

Mestre em Educação e doutor em Ciências Sociais, é graduado em Psicologia e em Filosofia. Docente da Universidade Estadual de Londrina, atuando na Graduação, Dept. Psicologia Social e Institucional, e no Programa de Pós-Graduação em Educação da UNICENTRO.

Povos tradicionais e a histórica negligência do Estado

Epidemia evidencia cenário de abandono com falta de estrutura, de investimentos e de acolhimento às diversas culturas nacionais

Para as comunidades de matriz africana, faxinalenses, benzedeiras, ciganos, curandeiros, indígenas, ribeirinhos, povos da floresta e quilombolas, a pandemia não trouxe novidades.

Quando pensamos na atuação da Psicologia ou da universidade com as comunidades tradicionais, é preciso ter em mente que as abordagens necessitam de experiências para além do atendimento clínico ou do serviço de saúde pública. Ou seja, é fundamental uma escuta voltada aos processos históricos, porque o grande fio condutor é a violência da sociedade brasileira contra as comunidades tradicionais, explica Jefferson Olivatto da Silva, professor de psicologia da Universidade Estadual de Londrina (UEL), e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNICENTRO.

"Também está relacionada com os territórios onde as comunidades estão, suas práticas sociais e o que elas representam. O que, em grande medida, acabou se desenvolvendo o que eu chamo de 'complexo de desprezo' relacionado às comunidades e aos povos não apenas tradicionais, mas também aos imigrantes vindos de regiões não europeias tal qual vemos hoje nos venezuelanos, haitianos, colombianos."

De acordo com o especialista, existe um enredo de exclusão contra essas comunidades por conta do processo colonial relacionado à exploração, ao extermínio e à apropriação cultural de uma forma contínua e sistemática. Isso não significa que ocorreu da mesma maneira, analisa Silva, "mas que durante 500 anos e ainda hoje continua acontecendo contra essas comunidades, que passam a ser identificadas como um retrocesso, uma espécie de barreira para o progresso e para o desenvolvimento, e não há limites de violências contra essas populações".

"Existem processos psicossomáticos de extermínio que estão relacionados à depressão, diabetes, hipertensão, e, para manter a saúde equilibrada, você até pode tomar remédio controlado, mas você não vai combater a causa, que é o racismo, por exemplo. Conviver com isso não é saudável. A saúde mental é atingida, mas não somente, porque a exploração não é só de bens, é da vida. Por isso o extermínio."

Nesse sentido, o professor avalia que a reprodução das violências sociais e de Estado foi intensificada no período de pandemia. "Quando se pensa na COVID-19, o que também difundiu ainda mais o contágio foi justamente ter de ir para a cidade buscar o auxílio emergencial e atendimento médico".

Para ele, as políticas públicas de saúde ainda são arcaicas e rígidas para atender as populações tradicionais. "Você não tem como ter postos de saúde em todas as comunidades, não apenas pela negligência histórica do serviço público, mas pela própria configuração geográfica dos estados brasileiros, o que nos coloca diante de possibilidades que não são articuladas de forma eficiente".

Por isso, entender a pandemia dentro desse cenário de violência é apenas um dos elementos. De acordo com Silva, a crise sanitária destacou o que acontece constantemente, ou seja, falar que uma comunidade não tem acesso a água potável é um crime humanitário.

O que conseguiu amenizar os impactos da pandemia dentro dessas comunidades, segundo Silva, foram práticas psicossociais realizadas por meio de coletivos ou por questões profissionais familiares e individuais, que podem ou não estar vinculadas a uma associação que consegue articular ações. "No entanto, enquanto categoria, ficou muito mais relacionada a uma atitude pessoal ou política quando vinculado a um coletivo ou comissões", lamenta. ●

> "Quando se pensa na COVID-19, o que também difundiu ainda mais o contágio foi justamente ter de ir para a cidade buscar o auxílio emergencial e atendimento médico."

FOTOS: ARQUIVO PESSOAL E SHUTTERSTOCK

Porteira fechada para a COVID-19

No Paraná, lideranças indígenas fecharam terras por conta própria para conter a entrada da pandemia nas comunidades

No município de Maringá, região norte do Paraná, onde atua o psicólogo e professor Paulo Ramón, a lógica de negligenciamento do Estado fez com que os indígenas tomassem a decisão de se proteger para evitar o contágio da COVID-19. Com a pandemia, as lideranças, os caciques e as chefias fizeram o fechamento da entrada nas terras e solicitaram, de modo bem enérgico, que os jovens parassem de realizar suas atividades laborais externas, explicou Ramón. Ele disse que as empresas do agronegócio que empregam jovens indígenas não estão preocupadas com equipamentos de proteção porque as condições de trabalho são precarizadas.

"Uma questão específica que envolve a pandemia é a redução territorial, que faz com que a maioria dos jovens tenha que sair para trabalhar, como, por exemplo, com diárias de boia-fria, porque dentro da Terra Indígena não tem trabalho para todos. Com isso, houve um aumento da pauperização nas comunidades."

Ramón reforçou as palavras do professor Jefferson, de que nem o isolamento, tampouco a ausência de políticas públicas em tratar da saúde dos povos tradicionais, é novidade. "A situação de iminência de genocídio, de ataque às terras e ataque aos direitos só é novidade para os não indígenas. Do conhecimento que eu tenho e das conversas que tive com os indígenas, minha impressão, enquanto profissional, é que a pandemia evidenciou todo esse abismo secular que a gente já vivenciava, mas não vinha tanto à tona"."

"Esse fechamento das porteiras das terras indígenas aos não indígenas mostrou muito o elemento étnico dos povos, a intencionalidade política e a luta pela manutenção da vida, que secularmente sempre existiu, só que agora se tornou mais aguda em razão do alto risco de contágio."

Ele destacou, ainda, a questão da memória ancestral de que sempre o não indígena, de alguma forma, vai trazer muitas doenças. No entanto, se de um lado fecharam as porteiras no sentido físico para a entrada de não indígenas, por outro lado procuraram fazer alianças com a universidade, com a sociedade civil organizada e com profissionais sensíveis à causa. Segundo Ramón, houve todo um movimento de organização entre as etnias. "Neste sentido, o papel do profissional de psicologia, dentro desse contexto, é ver o que é possível atuar nessa intersecção entre o mundo indígena e o não indígena". ●

PAULO RAMÓN

Mestre em educação pela Universidade Estadual de Maringá, doutor em Psicologia pela UNESP/ASSIS, integra o Projeto de Pesquisa Observatório de Educação Escolar Indígena (CAPES/DEB/INEP) atuando junto aos grupos étnicos Xetá, Kaingang e Guarani, e é docente no Departamento de Teoria e Pratica da Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM)

FOTOS: CAUHÊ SANCHES PEREIRA E SHUTTERSTOCK

Como a pandemia piorou as condições de vida de muitos/as brasileirinhos/as

Crianças e adolescentes constituem outro grupo fortemente impactado pela pandemia. Durante todo o ano de 2020, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) registrou inúmeras situações que revelam a ampliação das desigualdades e das vulnerabilidades sociais, ou mesmo do lugar social da infância. Ao mesmo tempo, o próprio CONANDA, maior instrumento de proteção à infância do Brasil, sofreu sucessivos ataques por parte do governo, que tem buscado esvaziar sua atividade.

A psicóloga Iolete Ribeiro, ex-conselheira do CFP, esteve à frente da presidência do Conselho em 2020 e explicou à **DIÁLOGOS** como a pandemia agravou as condições de vida de diversos grupos de crianças e adolescentes brasileiros. Os que vivem em situação de rua, por exemplo, ficaram ainda mais expostos a riscos de adoecimentos, já que muitos serviços passaram a atender remotamente, dificultando o acesso, além da falta de proteção sanitária. “É uma condição de vida onde há uma negação completa de direitos básicos e fundamentais. A rede de proteção à infância ficou ainda mais fragilizada e fez com que esse grupo ficasse mais desassistido que antes da pandemia”, relata.

Já as crianças que vivem em acolhimento institucional e os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em unidades de internação também constituem outro grupo bastante afetado. As instituições sofreram redução de financiamento, adoecimento de funcionários e maiores riscos de contaminação entre as próprias crianças e adolescentes. Houve, também, uma redução drástica nas atividades pedagógicas. “Como você mantém as crianças nessas instituições sem desenvolver essas atividades? Isso traz comprometimento no processo de desenvolvimento delas”, argumenta Iolete.

Saindo um pouco do universo urbano, chegamos aos povos e comunidades tradicionais, em especial os indígenas. Por lá, o agravamento das vulnerabilidades que afetam as crianças e adolescentes tem relação direta com o descaso aos seus grupos de pertencimento. Isso envolve redução no acesso à alimentação, diminuição dos serviços e acesso a direitos e também ao distanciamento das instituições de ensino (que se aplica a todas as crianças de todos os grupos).

No âmbito da Educação, o debate sobre o funcionamento ou não das escolas esteve presente durante todo o ano de 2020 e mostrou como a sociedade brasileira trata crianças e adolescentes. “Ela não reconhece o lugar social da infância de maneira que seja coerente com a lei, que diz que crianças e adolescentes são prioridade absoluta. Eles não são ouvidos e o que sobra é a pressão sustentada por interesses de mercado e não pelo compromisso com a vida deles”, explica ela.

> “[a sociedade] não reconhece o lugar social da infância de maneira que seja coerente com a lei, que diz que crianças e adolescentes são prioridade absoluta.”

A exclusão digital também marca de maneira fundamental o debate na Educação. “Em 2020 tivemos um tempo razoável para que o sistema de ensino se preparasse e pudesse reduzir a exclusão digital que muitos estudantes vivenciam, e isso não ocorreu em nosso país”, conta

IOLETE RIBEIRO

Mestre e doutora em Psicologia pela Universidade de Brasília, docente titular da Universidade Federal do Amazonas, integrante do Conselho Fiscal da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, da Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP (2020-2022) e da Rede de Pesquisadores e Pesquisadoras da Juventude Brasileira.

Iolete. Sem internet de qualidade e equipamentos, nem estudantes podem estudar com mais qualidade, nem professores podem ensinar com mais qualidade.

Aliás, Iolete afirma que a pressão sobre os/as profissionais da educação é outra face perversa desse cenário, pois não foram garantidas condições adequadas de trabalho, além do fato de que os profissionais também não são ouvidos nos processos decisórios. "Além de tudo isso, ainda temos as implicações para a saúde mental de todos os envolvidos no sistema da educação, estudantes e professores/as", comenta.

"A COVID-19 também afetou inúmeras famílias com adoecimentos e mortes. Isso impactou emocionalmente estudantes e professores/as, mas nada disso é considerado", conta Iolete. Se, por um lado, a doença não acomete tanto crianças e adolescentes, por outro, elas são afetadas por tudo o que acontece à sua volta, inclusive estão mais vulneráveis às violências sexuais nos ambientes domésticos.

Na entrevista, Iolete finaliza fazendo a seguinte reflexão. "Precisamos entender que tudo o que acontece na sociedade afeta a vida de crianças e adolescentes. No cenário atual, mesmo que não tenham adoecido, familiares adoeceram, faleceram, seus pais perderam emprego, houve redução da condição financeira e o confinamento. Ou seja, todos esses impactos precisam ser considerados no planejamento das políticas e no funcionamento das instituições, o que não está acontecendo". ●

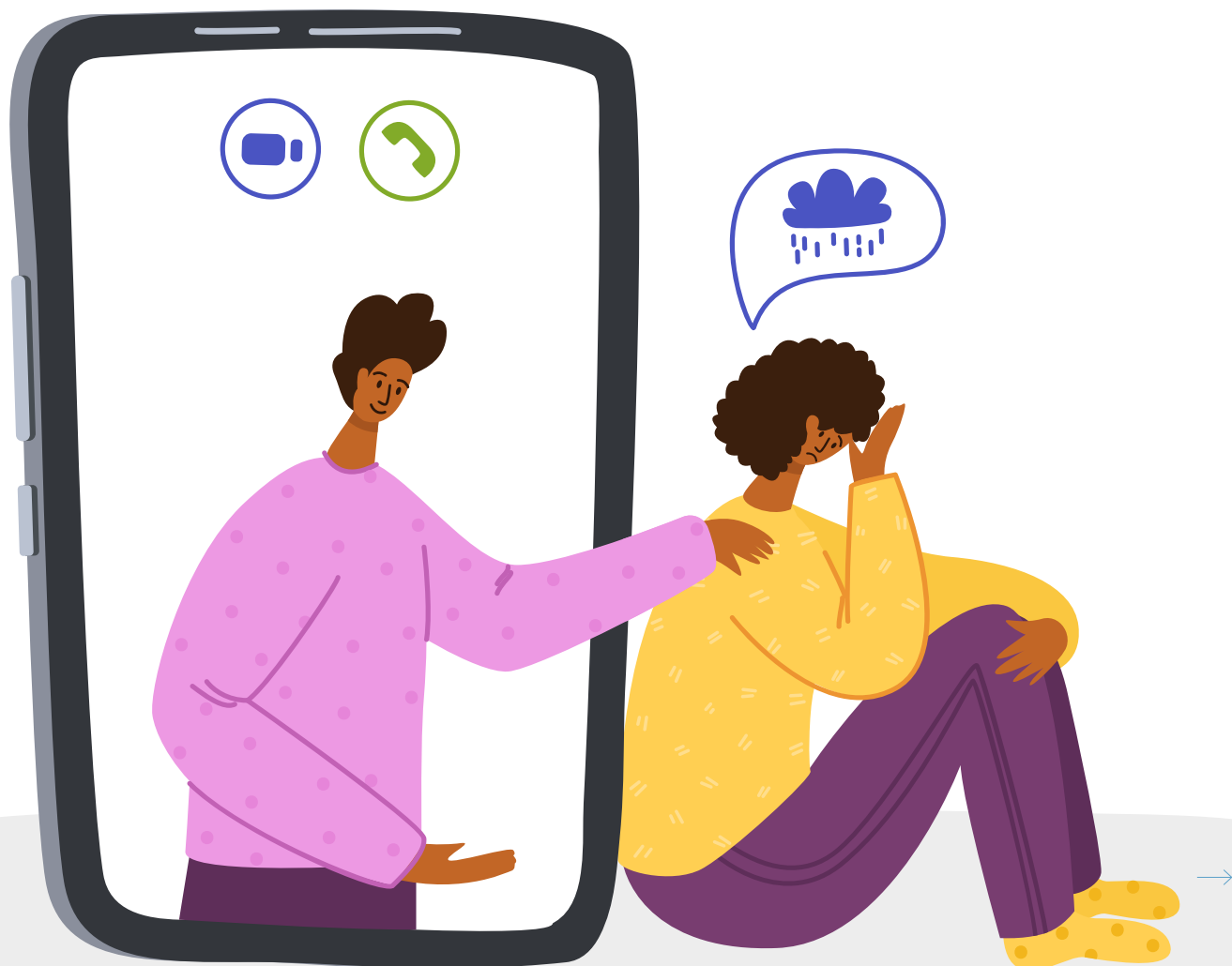
FOTOS: ARQUIVO PESSOAL E SHUTTERSTOCK

Da pandemia ao apagão: mulheres que sofrem violência são apoiadas por voluntárias engajadas

Coletivo de profissionais criou alternativa para salvar vidas diante da negligência e indisponibilidade de serviços públicos eficientes

No Amapá, um grupo de psicólogas se viu diante de um grande dilema: como dar suporte a mulheres vítimas de violência doméstica com as restrições impostas pela pandemia? A psicóloga Elianny Rodrigues Rodrigues conversou com a **DIÁLOGOS** sobre a experiência do grupo, formado por profissionais feministas, que se uniu virtualmente para prestar atendimento a essas mulheres e forçar o Estado a cumprir com suas funções sociais.

Lotada no juizado de Violência Doméstica, do Tribunal de Justiça do Amapá, na comarca de Santana, e servidora do Hospital Geral do Estado, onde atua na área da saúde mental, Rodrigues é uma das articuladoras da Frente de Apoio Emergencial às Mulheres Vítimas de Violência, a FREA Amapá.

"Em 5 de maio de 2020, criamos a FREA. Somos um grupo de mulheres feministas organizadas pelas redes, nunca nos vimos pessoalmente e, tirando algumas que já se conheciam anteriormente, a maioria de nós nunca esteve junta e seguiremos com

trabalho remoto até acabar a pandemia porque consideramos fundamental em casos de emergência, como nos 22 dias de apagão que vivemos aqui no Amapá."

O trabalho é todo voluntário, conforme explica Rodrigues. "Fazemos porque acreditamos e entendemos que esse serviço é extremamente necessário, e temos a intenção de ampliar. Assim que for permitido, iremos até as comunidades presencialmente para fazer esse trabalho de estar junto dessas mulheres que muitas vezes sofrem caladas. Mesmo assim, não queremos deixar a assistência virtual, porque ela foi imprescindível e salvou vidas".

A FREA funciona da seguinte forma: as voluntárias atuam em parceria com um coletivo que trabalha há anos em uma das áreas mais vulneráveis de Macapá, com as mulheres da periferia que têm mais dificuldades em ter acesso aos serviços da rede de atendimento público. "Oferecemos suporte emergencial por telefone ou por WhatsApp, realizamos uma escuta inicial e, a partir das necessidades que elas apresentam, fazemos uma ponte com a rede (de atendimento público) e seguimos fazendo o acompanhamento. Sabemos que muitas vezes essas mulheres chegam lá sozinhas, fragilizadas e o serviço muitas vezes não é acolhedor. Quando a mulher tem apoio e se sente amparada, ela ganha força e o serviço público acaba sendo mais efetivo".

"Quero destacar que esse trabalho não tem nada a ver com nossas funções profissionais. Aproveitamos nossa experiência, conhecimentos e contatos para ajudar essas mulheres de forma voluntária e independente. A gente se propõe a ligar, a usar nossa internet, as nossas condições financeiras pessoais para alcançar essas mulheres, porque sabemos que é difícil mesmo: como é que eu vou exigir que ela tenha internet e crédito no celular para ligar? Sempre demos um jeito, e nenhuma mulher deixou de ser atendida."

A psicóloga celebra os resultados de quase um ano de trabalho engajado: "Durante a pandemia, conseguimos abrigar algumas mulheres em outros municípios e, em situações mais graves de ameaça de feminicídio, conseguimos tirar mulheres do Estado. Até hoje, mesmo com alguns serviços atendendo presencialmente, atuamos dando apoio a muitas mulheres". Além disso, destaca Rodrigues, elas receberam demanda de mulheres de São Paulo, Belém e de outros estados que procuraram a FREA como referência de atendimento.

Em razão da demanda e da falta de preparo de muitas profissionais em lidar com a temática da violência doméstica, Rodrigues disse que realizaram conversas com o CRP da 10ª Região PA/AP para iniciar uma capacitação. "No início da formação da frente, realizamos vários encontros para fazer desde fichas de acolhimento, explicação de como funcionam os ciclos da violência e quais as principais vulnerabilidades, até orientação para que a primeira escuta seja para entender as reais necessidades daquela mulher naquele momento, o que ela conseguirá fazer e não a gente dizer o que ela pode ou deve fazer".

Rodrigues enfatizou que muitas vezes, na rede de atendimento oferecida pelas políticas públicas, as mulheres em situação de violência doméstica não são ouvidas na sua essência, sendo que "às vezes ela só quer um espaço para dizer que está cansada, mas ainda não dá conta de separar ou denunciar". Para ela, é fundamental entender que a FREA faz uma ligação entre as mulheres vítimas de violência e as redes de apoio, "não vamos resolver tudo sozinhas porque também precisamos do comprometimento do Estado em fazer seu papel. Nossa presença está no sentido de exigir que eles façam o trabalho como deve ser feito". ●

ELIANNY RODRIGUES

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), é especialista em dependência química (UNIFESP) e em Estudos Culturais e Políticas Públicas (UNIFAP). Atua como psicóloga no Tribunal de Justiça do Estado do Amapá e na Clínica de Saúde Mental do Hospital Geral Alberto Lima SESA/GEA. Atualmente cursando a formação em Psicanálise, pelo CPPA/Belém – Pará.

ILUSTRAÇÃO: SHUTTERSTOCK

Os desafios na proteção à população LGBTQIA

Violências contra a população LGBTQIA esgarçam a realidade do apagamento de suas existências em uma política LGBTIfóbica

Ao contrário do que se imaginava, as violências contra a população LGBTQIA, especialmente transexuais e travestis, não diminuíram com a pandemia. Pelo contrário, aumentaram. É o que revela o Dossiê dos Assassinatos e da Violência Contra Pessoas Trans Brasileiras divulgado em janeiro pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA. Foram 175 assassinatos, garantindo ao Brasil o primeiro lugar no *ranking* desse tipo de crime a pessoas trans em todo o mundo.

O aumento das desigualdades e a política de aniquilamento de suas demandas mais básicas estão entre as causas apontadas pelo relatório da ANTRA para o aumento das violências contra trans na pandemia. Não à toa, "94,8% das trans entrevistadas afirmam terem sofrido algum tipo de violência motivada por discri-

→

minação devido à sua identidade de gênero". Para 87,3%, sua principal demanda é por emprego e renda. Em seguida, por mais acesso à saúde, à educação, à segurança e à moradia. Da totalidade pesquisada, 58,6% declararam pertencer ao grupo de risco para a COVID-19. Ou seja, a violência se perpetua em diversos níveis.

É neste cenário que atuam instituições que buscam mitigar os efeitos desse abandono nas políticas públicas. Gabriel Nolasco, psicólogo formado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2016), exerce sua profissão no Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável Centro Oeste – IBISS/CO desde 2016, onde também está como coordenador de projetos em Direitos Humanos, HIV/Aids e Prevenção Combinada.

A organização onde trabalha Gabriel atende uma média de 100 a 120 meninas por meio do projeto Viva Melhor Sabendo, do Ministério da Saúde, baseado na testagem do HIV. "Consigo fazer acompanhamento direto com elas, saber quem está fazendo tratamento, quem não está e quais as dificuldades que estão enfrentando no tratamento e no acesso a outros serviços". Na conversa, Gabriel detalhou um pouco sobre o trabalho a partir do momento em que a pandemia foi declarada.

"Logo percebemos que as mulheres travestis e transexuais seriam extremamente afetadas tanto pela questão laboral como por sofrerem possíveis violências de ordem financeira, já que a maioria vive em casas de cafetinas e pensionatos. Logo, precisam pagar por teto e comida", explica. Por isso, uma das primeiras providências foi organizar, junto à Secretaria de Assistência do município, doações de kits preventivos para evitar contágio por COVID-19 e cestas de alimentos.

"Foi um atendimento mais assistencial num primeiro momento, mas compreendendo que elas têm direito de acessar o que o Estado oferece e nós lutamos por isso", conta Gabriel.

Mesmo após Campo Grande ter decretado *lockdown*, a equipe sabia que essas pessoas continuariam nas ruas por questão de sobrevivência. O desafio, no entanto, era reduzir danos, sensibilizando-as sobre os perigos da doença e sobre a importância de implementar práticas sexuais mais seguras. "Mas era interessante porque na conversa elas diziam 'bom, se a gente já sobreviveu à AIDS, a gente vai sobreviver à COVID-19, se a gente já sobreviveu a tantas outras violências, a gente vai sobreviver a essa também'."

O psicólogo conta que a equipe também trabalhou para ajudá-las a obter o auxílio emergencial, oferecendo supor-

"A gente percebe uma certa negligência do poder público de estruturar os serviços para que possamos estar nas ruas de uma forma segura e, assim, atender as nossas populações, não só a população trans, mas as populações vulnerabilizadas em todos os setores"

→

ILUSTRAÇÃO: SHUTTERSTOCK

GABRIEL NOLASCO

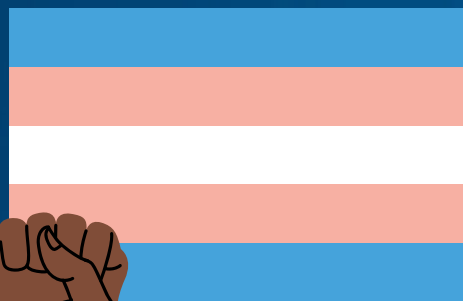
Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), doutorando em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), integrante do Laboratório de Psicologia da Saúde, Políticas da Cognição e da Subjetividade e membro licenciado do Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável Centro Oeste – IBISS/CO

te jurídico, além de informações transmitidas de maneira simples para que elas conseguissem entender como funcionaria a busca pelo auxílio.

Apesar de trabalhar especificamente com a população trans, Gabriel lembra que os homens gays, sobretudo os mais novos e efeminados, constituem outro grupo que tem sofrido com a pandemia. Esses jovens relatam sobre a convivência difícil em casa por conta da homofobia por parte dos familiares. "Antes da pandemia, isso era amenizado, porque eles podiam sair, ter uma vida fora de casa, e isso amenizava a tensão. Agora essa tensão cresceu, inclusive tiveram tentativas de suicídio por parte de alguns", conta. Na conversa, Gabriel também citou a iniciativa da Organização Casa Satine, também de Campo Grande, que disponibilizou em sua Clínica Social psicólogos e psiquiatras, além de profissionais de outras especialidades da área da saúde para ajudá-los.

Para 2021, a perspectiva é continuar o trabalho, mesmo com as limitações impostas pela conjuntura. "A gente percebe uma certa negligência do poder público de estruturar os serviços para que possamos estar nas ruas de uma forma segura e, assim, atender as nossas populações, não só a população trans, mas as populações vulnerabilizadas em todos os setores", desabafa.

O psicólogo conta que a Organização decidiu diminuir as saídas semanais, reduzindo de 3 para 1, com objetivo de proteger a própria equipe. "Nos últimos 4 anos o Terceiro Setor vem sofrendo sucessivas perdas financeiras, mas não desiste nunca. Então, vamos continuar com as ações de prevenção na rua, porque a gente sabe que essas meninas precisam de insumos para trabalhar, de orientação, do apoio que podemos oferecer", conta Gabriel.

Por fim, Gabriel comentou sobre a questão da vacinação e o conceito de grupos de risco. "No começo da pandemia voltou um pouco do estigma para as populações com HIV, mas o fato é que, mesmo vulnerabilizadas, a vacina não vai chegar para elas, porque não são prioritárias. Até a vacina chegar, o que será delas? Ou seja, é mais uma violência institucional, dentre tantas que elas já sofrem. Por isso, não estou muito animado para 2021, principalmente considerando que não estamos em um grande centro. ●

COVID-19 e racismo institucional: Os efeitos da pandemia na população negra

"Não há como ignorar que a pandemia veio mostrar não somente para quem a sociedade quer trabalhar, como também quem ela quer que seja eliminada. É o grande pacto da higiene social"

A população negra é quem mais sofre com a COVID-19. Pesquisa realizada entre março e julho de 2020 pelo Instituto Pólis revela que, em São Paulo, a cada 100 mil habitantes, 250 homens negros morrem pela doença em comparação a 157 homens brancos. Entre as mulheres, a cada 140 mortes de negras, morrem 85 mulheres brancas. O IBGE divulgou que a cada dez pessoas que relatam sintomas da doença, sete são negras ou pardas. Os dados traduzem as consequências do racismo institucional e das desigualdades em nosso país.

Para Gabriel Teixeira, psicólogo baiano que atua no campo da gestão pública, não há como pensar alternativas para o combate aos efeitos do racismo histórico sem que haja profundas revisões e avanços nas políticas públicas. "Sobretudo nesse momento de pandemia, pois é a única saída se nós quisermos de fato enfrentar essa realidade", afirma.

Ao mesmo tempo, defende que isso

→

FOTO: ARQUIVO PESSOAL E BANCO DE IMAGENS MOVIMENTO COMUNICAÇÃO; ILUSTRAÇÃO: SHUTTERSTOCK

GABRIEL TEIXEIRA

é mestrando em Gestão e Tecnologia Aplicada à Educação pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e atua na Fundação da Criança e do Adolescente do Estado da Bahia, a FUNDAC.

seja feito promovendo a intersecção. "Uma das estratégias que tenho adotado é não me permitir discutir nenhum tema sem promover a intersecção. Raça, gênero, classe e sexualidade são os fatores mais complicadores nas relações sociais e nas desigualdades. Então, não podemos considerar a possibilidade de um manejo que dê conta da realidade se não promovermos intersecção", defende.

O psicólogo lembra o recente histórico que trouxe o Brasil para as condições atuais e reforça a importância da responsabilidade das profissionais no contexto sócio-político. "Inclusive, nosso código de ética traz como princípio fundamental que os psicólogos devem considerar os aspectos políticos e socioeconômicos – convoca o profissional da Psicologia a assumir um papel na sociedade, fomentar discussões, posicionamentos e o fortalecimento das comunidades".

Gabriel atuou em projetos para pessoas com deficiência, fortalecimento das mulheres do candomblé, sistema socioeducativo, prisional, população LGBTQIA e, recentemente, voltou para o socioeducativo, integrando o quadro da Fundação da Criança e do Adolescente do Estado da Bahia, a FUNDAC. Sempre com olhar da Psicologia Social e considerando o conceito de intersecção.

Para ele, a pandemia confirma uma realidade que sempre foi posta para a população negra. "Nós percebemos que nos espaços da saúde pública quem mais morre é a população negra. É quem tem menos acesso às unidades de saúde, às informações, aos recursos para deslocamento, inclusive porque as condições físicas já são mais vulneráveis, por conta de uma péssima nutrição e por desgastes psicológicos causados por suas condições de vida", explica.

Em 2020, Gabriel respondia como Coordenador de Políticas LGBT da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social do Estado da Bahia (SJDHDS) e contou à **DIÁLOGOS** sobre os perfis que buscavam atendimento. "Quem mais procurava por atendimentos eram os LGBTs brancos. Já as pessoas negras pensavam tão aquém, tão sem direito, que muitas vezes elas nem conseguiam saber que podiam recorrer e obrigar o Estado a cumprir o seu papel".

Em 2020, a SJDHDS intensificou o trabalho no interior do estado por meio de ações realizadas com a participação de outras secretarias e com a participação da sociedade civil. Foram

→

FOTOS: ARQUIVO PESSOAL E SHUTTERSTOCK

“Não posso ignorar que quando eu falo de morte para uma sociedade que todos os dias é eliminada pela polícia, essa morte pareça banal, naturalizada no dia a dia. Talvez por isso as periferias tenham mais dificuldade de aderir ao isolamento social.”

diversos encontros, reuniões, capacitações e seminários transversalizando as pautas LGBT e Racial. “O foco foi nas ações da Saúde, Educação, Segurança Pública, Cultura, SUAS, entre outras, e usamos novas tecnologias para alcançar mais pessoas. Inclusive, agora em janeiro, ao analisarmos as nossas ações no Plano Plurianual, vimos que nosso trabalho superou as metas de 2020, justamente porque conseguimos alcançar municípios que não havíamos conseguido antes. Tudo graças ao poder da tecnologia”.

O psicólogo também tem se dedicado a desenvolver um projeto independente chamado “Café com Afeto” (que na pandemia se tornou virtual, em sua conta no Instagram). Nele, leva à população mais conhecimento sobre seus direitos sem desconsiderar as relações afetivas que envolvem a vida.

Ainda sobre racismo, Gabriel reflete sobre a própria categoria profissional. “A gente tem um processo marcado pela falta da fala e da identidade negra. Ou seja, nunca foi muito bem reconhecida no seu direito de expressão e de identificação. Então, quase sempre tínhamos teóricos brancos e brancas, mas mais homens brancos, demonstrando essa predominância do pensamento colonial. Pouquíssimas referências negras, e isso já vem no processo da construção profissional da Psicologia”.

Para ele, psicólogas são profissionais que têm o poder de tirar a sociedade das zonas de conforto. Por isso, precisam se envolver com questões macro. “Não acredito em profissional de Psicologia bem-sucedido que não se deixe afetar pela realidade social que o cerca. Se pudesse dizer algo para os meus colegas, seria isso: que nos permitimos ser afetados pela sociedade. Sem afeto não é possível fazer nada nessa vida”. ●

Nuestra América: O enfrentamento da pandemia na Costa Rica

DIÁLOGOS *entrevista Ignácio Dobles, um dos mais importantes psicólogos costa-riquenhos*

Incomodado com as medidas que estavam sendo encaminhadas tanto pelo governo quanto pelos setores econômicos de seu país, Dobles iniciou uma série de pesquisas para entender melhor o que estava acontecendo. "Em geral, cada país tem suas particularidades, e a Costa Rica administrou algumas medidas sanitárias decisivas, porque agora temos a marca de 400 a 500 contágios por dia em relação ao início da pandemia, quando chegamos a 1.300 infectados no início de 2020", explica Dobles. Para ele, "algumas coisas estão andando, mas outras não, e uma das mais sérias é em relação à violação de direitos". Ele conta que esse debate está sendo feito intensamente por psicólogas e psicólogos em um fórum de discussões denominado Psicologia e Patologia do Capitalismo, cuja proposta atual é fomentar a discussão sobre a psicologia e a pandemia na América Latina, com textos publicados por profissionais do Brasil, Colômbia, México, entre outros. Segundo o especialista, o espaço tem a preocupação em discutir a real situação da pandemia sob o olhar crítico da psicologia.

"Uma das primeiras considerações que discutimos é que a pandemia é uma situação-limite, onde colocou a morte muito perto de todos nós como uma espécie de imersão, que nos leva a diferentes estratégias de sobrevivência. Uma delas é considerar que tudo que está acontecendo não passa de uma farsa e, como trabalha o presidente brasileiro, relativizar que é necessário seguir de todas as formas, é a necropolítica na prática. No entanto, o que ocorre para nós é que a pandemia como situação-limite estabelece uma transição, um ponto onde as coisas se deslocam e saem do lugar, e não temos mais certeza do futuro. Então, a pandemia estabelece muito pouco uma nova situação, porque na verdade ela somente amplifica as contradições existentes, como a falta de humanismo, a desigualdade, a crueldade."

No intuito de aprofundar essas reflexões, Ignácio Dobles reuniu colegas da área para entender o ponto de vista da vivência concreta das pessoas sobre a pandemia. Com base em encontros e discussões virtuais, Dobles percebeu que era fundamental compreender o discurso da imprensa costa-riquenha e seus impactos sobre a forma como a chegada do coronavírus era informada à sociedade. Portanto, de 15 de junho a 15 de julho de 2020, o grupo esmiuçou

FOTO: SHUTTERSTOCK

as edições dos diários de São José (capital da Costa Rica), um deles dirigido a setores populares, sem linha crítica (sensacionalista), e outro que representa os setores hegemônicos, para estudar detalhadamente o que a imprensa divulgava sobre a pandemia. "O exercício interessante", explica Dobles, "é que esse período é justamente quando o contágio explode aqui na Costa Rica, onde passamos de 12 casos ao dia para mais de 1.300, exatamente quando todas as contradições eclodem".

"Observamos que os meios de comunicação nesse período trabalhavam com uma espécie de obsessão por culpar algum setor. Iniciaram por pessoas que viajaram ao exterior, esses foram os primeiros culpados; então passaram rapidamente essa culpa aos migrantes, que é um tema muito delicado e forte aqui dentro. Depois, atingiram o agronegócio, quando na produção do abacaxi, por exemplo, surgem muitos casos de operários com o vírus e então, por algum tempo, tudo o que já tínhamos trabalhado em relação à precarização do trabalho rural, fora bastante visível para uma parte importante da população, porque havia uma cobertura maciça da imprensa. Em seguida das grandes exportadoras de agronegócio, voltaram-se às comunidades urbanas pobres e as quarterias – que chamamos aqui de lugares habitados por operários de forma clandestina – se tornam visíveis nas manchetes por um tempo. Então essas localidades pobres passam a ser as culpadas da disseminação do vírus. Depois disso, misteriosamente desaparece qualquer intenção de culpar setores pela pandemia, e o que começa com muita força são as medidas para deslegitimar as autoridades de saúde junto das medidas protetivas como o *lockdown*. Inicia-se então uma enorme pressão em cima das autoridades sanitárias, com os setores econômicos questionando tais ações."

> "EM NOSSO CASO, GRANDES SETORES PODEROSOS E EMPRESARIAIS APROVEITARAM A SITUAÇÃO DA PANDEMIA PARA FOMENTAR SEUS INTERESSES E AVANÇAR COM RETIRADA DE DIREITOS TRABALHISTAS E APERTAR A LEGISLAÇÃO CONTRA O SETOR PÚBLICO (...)."

Desses 30 dias de análise da cobertura de imprensa nos primeiros meses de pandemia, o grupo de pesquisadores refletiu sobre a possibilidade de ampliar o espectro do estudo. "Da experiência, ficamos com a impressão de que era necessário conhecer melhor o que estava se passando em nossa sociedade", aponta. Assim, o primeiro passo para a concretização da nova análise foi pesquisar o que já havia sido feito academicamente, em nível de América Latina inclusive, onde, segundo o professor, pouca coisa havia sido desenvolvida. "Fizemos a busca e não encontramos quase nada, alguma coisa em Cuba e outra no México, mas muito pouco. Entendemos então que tínhamos pouca pesquisa sobre a situação da pandemia", lamentou.

Foi então que os pesquisadores, orientados por Dobles, decidiram realizar nova investigação, com um grupo de entrevistados de diferentes partes do território nacional, sendo oito homens

e oito mulheres, com o objetivo de compreender "para além dos discursos jornalísticos e receitas de boas intenções da psicologia e outras disciplinas, tratar do que se passava na vivência concreta da população. E as descobertas foram incríveis: das 16 pessoas que exploramos a fundo, encontramos 16 pandemias, porque se vive a pandemia de formas completamente diferentes", destacou o professor.

"Constatamos diferentes situações e condições, o que eu chamo de mobilização de efeitos com a pandemia, ou aquilo que afetava as pessoas. Nos interessava a situação ideológica que se apresentava com os relatos sobre a pandemia e encontramos poucas informações, mas no geral não eram relatos ideologizados. Encontramos duas pessoas com perspectivas neoliberais, algumas com questões religiosas e duas com perspectivas críticas ao governo, e uma entrevista negacionista de uma mulher que pensava que tudo era uma grande enganação, que era invenção. Por outro lado, encontramos uma grande vulnerabilidade econômica e social das pessoas que entrevistamos, afetadas pelo desemprego, algumas demitidas de seus trabalhos em meio à pandemia, outras tiveram suas atividades suspensas e ficaram sem salário. Aliás, os entrevistados mostraram muitos temores!

Encontramos, também, uma população com pouca cobertura social (em abril de 2020 o governo da Costa Rica

FOTO: SHUTTERSTOCK

concedeu auxílio emergencial – Bônus Proteger – de três parcelas para trabalhadores informais e desempregados). Todas as pessoas que entrevistamos seguiam as medidas e restrições de saúde e as recomendações do Ministério da Saúde. A única restrição que se criticava fortemente era a de circular, porque isso impossibilitava as pessoas de trabalhar. Também encontramos diferentes estratégias para manejar a pandemia, onde alguns relataram a situação como uma oportunidade para melhorar, aprender e fazer coisas diferentes, recomeçar. Outro passava por fortalecer a relação ao enfrentar o isolamento com sua companheira de vida e, a partir daí, pensar toda a vida. Outras poucas pessoas tratavam da pandemia com humor, fazendo piada da sua própria vida."

O estudo foi transformado em um pequeno livro, o qual, segundo Dobles, já foi apresentado no Colegio de Profesionales en Psicología de Costa Rica/ CPPCR (o equivalente ao CFP aqui no Brasil), ao Círculo de Psicologia Clínica e a espaços de saúde, e será publicado até o mês de abril de 2021. Em comparação às ações brasileiras, Ignácio Dobles disse que seu país também contou com o trabalho voluntariado de psicólogas e psicólogos no enfrentamento à emergência mundial.

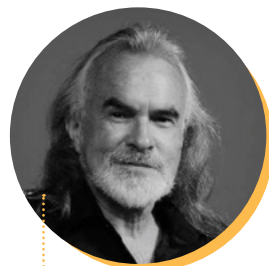
"A Costa Rica é um país muito pequeno em relação às dimensões do Brasil e enfrentou a situação da pandemia, quase há um ano, com muitas

atividades econômicas e sociais fechadas. Uma situação incerta que criou muitas expectativas e, a princípio, muitas pessoas pensaram que a situação duraria duas a três semanas, que após tomarem algumas medidas a tormenta passaria e a vida voltaria ao normal. Obviamente, tudo isso não era real. Quando começou a pandemia, em meio a muitas incertezas, o Colegio de Profesionales en Psicología de Costa Rica/CPPCR ofereceu atenção psicológica, por meio de um dispositivo totalmente *on-line*, onde, de forma voluntária, dezenas de psicólogas e psicólogos conversaram com a população. Foi uma ação muito bem reconhecida e valorizada que atendeu a mais de cinco mil casos, que eu entendo que para o Brasil não é nada, mas que para a Costa Rica é muita coisa. Foi uma grande contribuição de atendimento da psicologia clínica."

Assim como na maioria dos países que formam as Américas, a Costa Rica sofreu consequências econômicas profundas nesse período, o qual ainda está longe de terminar. O desemprego, maior fantasma que assombra o país, ganhou contornos históricos: de 12% em março de 2020 (à época considerado um dos mais altos) saltou para 24% no trimestre de maio a julho do mesmo ano, um impacto direto da pandemia na vida da população costa-riquenha. Mas não é somente reflexo da crise sanitária, elucida Dobles, "em nosso caso, grandes setores poderosos e empresariais aproveitaram a situação da pandemia para fomentar seus interesses e avançar com retirada de direitos trabalhistas e apertar a legislação contra o setor público, uma espécie de neoliberalismo que sempre operou na Costa Rica, mas de uma forma mais lenta que em outros países, sem essa intensificação que se viveu na Argentina ou até no Brasil. Ou seja, a pandemia só acelerou o ritmo das violações de direitos".

Por isso, salienta o professor, o governo mostra-se contraditório: "por um lado, na área da saúde, efetuaram uma série de medidas importantes, mas no plano político, econômico e trabalhista é um governo totalmente comprometido com os setores economicamente poderosos, em uma posição ideológica neoliberal, cortando direitos da população. É um governo com um discurso contraditório, com uma prática muito neoliberal, e isso é muito claro para muitos de nós".

Sobre não ter certeza do futuro, Ignácio Dobles analisa o que poderia ser considerado o "novo normal". Para ele, é possível que as contradições de governos e setores empresariais possam gerar uma nova articulação da população, "mas isso irá requerer muito trabalho e muitas conversações e organização". Sobre os novos passos da psicologia com base na experiência da pandemia, o pesquisador reflete sobre um ponto bastante polêmico entre psicólogas e psicólogas: o atendimento remoto!

"Aqui na Costa Rica, por exemplo, temos debatido uma situação complicada para a psicologia, levando em conta as aulas virtuais da disciplina nos últimos tempos, que é uma contradição básica para mim: é quase impossível fazer psicologia sem relação com as pessoas. Então como solucionamos isso? Como resolver, por exemplo, que trabalharemos psicologia comunitária *on-line* se precisamos de um trabalho de interação e cooperação com a população? Isso começa a ser um verdadeiro problema. Uma escola de psicologia daqui da Costa Rica, com uma longa história de compromisso e articulação, fazendo a maior parte das suas atividades virtuais. Não sou contra isso, mas gera um problema no sentido de que a psicologia se faz com as pessoas, não com os computadores." ●

IGNÁCIO DOBLES

Professor universitário, escritor e pesquisador de psicologia social, política e comunitária, Ignácio Dobles é um inquieto. Traz na bagagem de vida a defesa irrestrita pelos Direitos Humanos e um olhar clínico acerca da complexidade histórica da América Latina. Nessa conversa, falou sobre condução do combate à pandemia na Costa Rica e comentou, em termos gerais, sobre as políticas latino-americanas para frear a disseminação dentro do continente segundo a vulnerabilidade das políticas públicas e sociais que transformam este canto do mapa mundial em um dos mais desiguais do planeta.

FOTOS: ARQUIVO PESSOAL E SHUTTERSTOCK

CONSELHOS REGIONAIS DE PSICOLOGIA

CRP 01
ENDEREÇO: SRTVN Quadra 701- Ed. Brasília Rádio Center - Ala A - Sala 4024
BAIRRO: Asa Norte
CIDADE: Brasília/DF
CEP: 70.719-900
EMAIL: crp-01@crp-01.org.br
TELEFONE: (61) 3030-1010
SITE: www.crp-01.org.br/

CRP 02
ENDEREÇO: Rua Treze de Maio, 47, Santo Amaro
BAIRRO: Santo Amaro
CIDADE: Recife/PE
CEP: 50.100-160
EMAIL: crppe@crppe.org.br
TELEFONE: (81) 2119-7272
Site: www.crppe.org.br

CRP 03
ENDEREÇO: Rua Professor Aristides Novis, 27
BAIRRO: Estrada de São Lázaro
CIDADE: Salvador/BA
CEP: 40.210-630
EMAIL: diretoria@crp03.org.br
TELEFONE: (71) 3247-6716/ 3332-6168
SITE: www.crp03.org.br

CRP 04
ENDEREÇO: Rua Timbiras, 1532, 6º Andar
BAIRRO: Lourdes
CIDADE: Belo Horizonte/MG
CEP: 30.140-061
EMAIL: crp04@crp04.org.br
TELEFONE: (31) 2138-6767
SITE: www.crp04.org.br

CRP 05
ENDEREÇO: Rua Delgado Carvalho, 53
BAIRRO: Tijuca
CIDADE: Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20.260-280
EMAIL: crprj@crprj.org.br
TELEFONE: (21) 2139.5400
SITE: www.crprj.org.br

CRP 06
ENDEREÇO: Rua Arruda Alvim, 89
BAIRRO: Jardim América
CIDADE: São Paulo/SP
CEP: 05.410 020
EMAIL: gerencia@crpsp.org.br direcao@crpsp.org.br
TELEFONE: (11) 3061-9494
SITE: www.crpsp.org.br

CRP 07
ENDEREÇO: Av. Protásio Alves, 2854, sala 301
BAIRRO: Petrópolis
CIDADE: Porto Alegre/RS
CEP: 90.410-006
EMAIL: crprs@crprs.org.br
TELEFONE: (51) 3334-6799/ 0800-001-0707
SITE: www.crprs.org.br

CRP 08
ENDEREÇO: Av. São José, 699
BAIRRO: Cristo Rei
CIDADE: Curitiba/PR
CEP: 80.050-350
EMAIL: crp08@crppr.org.br
TELEFONE: (41) 3013-5766
SITE: www.crppr.org.br

CRP 09
ENDEREÇO: Av. T-2 Qd. 76 Lote 18 Nº 803
BAIRRO: Setor Bueno
CIDADE: Goiânia/GO
CEP: 74.2010-010
EMAIL: administração@crp09.org.br
TELEFONE: (62) 3253-1785/ 3285-6904
SITE: www.crp09.org.br

CRP 10
ENDEREÇO: Av. Generalíssimo Deodoro, 511
BAIRRO: Umarizal
CIDADE: Belém/PA
CEP: 68.901-020
EMAIL: crp10@crp10.org.br/ secaoamapa@crp10.org.br
TELEFONE: (91) 3224-6690/ 3224-6322/3225-4491/ 3085-4281
SITE: www.crp10.org.br

CRP 11
ENDEREÇO: Rua Carlos Vasconcelos, 2521
BAIRRO: Joaquim Távora
CIDADE: Fortaleza/CE
CEP: 60.115-171
EMAIL: crp11@crp11.org.br
TELEFONE: (85) 3246.6924/ 3246.6887
SITE: www.crp11.org.br

CRP 12
ENDEREÇO: Rua Professor Bayer Filho, 110
BAIRRO: Coqueiros
CIDADE: Florianópolis/SC
CEP: 88.080-300
EMAIL: crp12@crpsc.org.br
TELEFONE: (48) 3244-4826
SITE: www.crpsc.org.br

CRP 13
ENDEREÇO: Rua Universitário Carlos Marcelo Pinto, 92
BAIRRO: Torre
CIDADE: João Pessoa/PB
CEP: 58.070-350
EMAIL: crp13@crp13.org.br
TELEFONE: (83) 3255-8282/ 3255-8250
SITE: www.crp13.org.br/

CRP 14
ENDEREÇO: Av. Fernando Correa Da Costa, 2044
BAIRRO: Joselito
CIDADE: Campo Grande /MS
CEP: 79.004-311
EMAIL: crp14@terra.com.br / crpms@crpms.org.br
TELEFONE: (67) 3382-4801/ (67) 9123-7759
Site: www.crpms.org.br

CRP 15
ENDEREÇO: Rua Profº. José da Silveira Camerino, 291
BAIRRO: Farol
CIDADE: Maceió/AL
CEP: 57.055-630
EMAIL: crp15@crp15.org.br
TELEFONE: (82) 3241-8231
SITE: www.crp15.org.br

CRP 16
ENDEREÇO: Rua Desembargador Ferreira Coelho, 330, sala 806
BAIRRO: Praia do Suá
CIDADE: Vitória/ES
CEP: 29.052-901
EMAIL: atendimento@crp16.org.br
TELEFONE: (27) 3324-2806
SITE: www.crp16.org.br

CRP 17
ENDEREÇO: Rua do Titanio, Nº25
BAIRRO: Lagoa Nova
CIDADE: Natal/RN
CEP: 59.076-020
EMAIL: crprn@crprn.org.br
TELEFONE: (84)3301-0083/ 3301-0086
SITE: www.crprn.org.br

CRP 18
ENDEREÇO: Rua 40, Nº 120
BAIRRO: Boa Esperança
CIDADE: Cuiabá/MT
CEP: 78.068-536
EMAIL: crpmt@crpmt.org.br
TELEFONE: (65) 3627-7188
SITE: www.crpmt.org.br/

CRP 19
ENDEREÇO: Rua Osvanda Oliveira Vieira, 128
BAIRRO: Pereira Lobo
CIDADE: Aracaju/SE
CEP: 49.050-550
EMAIL: crp19@crp19.org.br
TELEFONE: (79) 3214-2988/ 3213-0984
SITE: www.crp19.org.br/

CRP 20
ENDEREÇO: Rua Professor Castelo Branco (Antiga Rua 'B'), quadra 05, casa 01 - Cj. Jardim Yolanda
BAIRRO: Parque 10 de Novembro
CIDADE: Manaus /AM
CEP: 69.055-090
EMAIL: crp20.am@gmail.com
TELEFONE: (92) 3584-4320
SITE: www.crp20.org.br

CRP 21
ENDEREÇO: Rua Vereador Luis Vasconcelos, 986
BAIRRO: São Cristóvão
CIDADE: Teresina/PI
CEP: 64.052-250
EMAIL:ouvidoria@crp21.org.br
TELEFONE: (86) 3221.7539/ 3226.2614
SITE: crp21.org.br/

CRP 22
ENDEREÇO: Rua 17, Quadra 22, Casa 09
BAIRRO: Vinhais
CIDADE: São Luís/MA
CEP: 65.071-150
TELEFONE: (98) 3227-0556/ 3268-9353
SITE: www.crpma.org.br

CRP 23
ENDEREÇO: Quadra 104 Norte, Rua Ne 07, Nº 42, Sala Comercial Nº 11
BAIRRO: Plano Diretor Norte
CIDADE: Palmas/TO
CEP: 77.006-026
EMAIL: coordenacaogeral@crp23.org.br
TELEFONE: (63) 3215-7622/ 3215-1663
SITE: crp23.org.br/

CRP 24
ENDEREÇO: Avenida dos Imigrantes, 5109
BAIRRO: Rio Madeira
CIDADE: Porto Velho/RO
CEP: 76821-471
EMAIL: crp24regiao@gmail.com
TELEFONE: (69) 3224-3211